



**INSTITUTO FEDERAL
ALAGOAS**

PPPI

**Projeto Político Pedagógico
Institucional**

**Maceió - AL
Dezembro de 2013**



Projeto Político Pedagógico Institucional

Maceió – AL
Dezembro de 2013

ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

REITOR

CARLOS HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

ALTEMIR JOÃO SECCO

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

WELLINGTON SPENCER PEIXOTO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

LUIZ HENRIQUE DE GOUVÊA LEMOS

PRÓ-REITOR DE ENSINO

JOSÉ JONAS DE MELO ALVES

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

FÁBIO RIBEIRO

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS ARAPIRACA

JEANE MARIA DE MELO

DIRETORA GERAL DO CÂMPUS MACEIÓ

DÁCIO CAMERINO FILHO

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS MARAROGI

MARÍLIA COSTA GÓIS

DIRETORA GERAL DO CÂMPUS MARECHAL DEODORO

JOCÍLIA RODRIGUES

DIRETORA GERAL DO CÂMPUS MURICI

CARLOS GUEDES LACERDA

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

CARLSON LAMENHA APOLINÁRIO

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PENEDO

RICARDO DE ALBUQUERQUE AGUIAR

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PIRANHAS

JOSÉ ACIOLY DE CARVALHO

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SANTANA DO IPANEMA

JOSÉ HÉLIO DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

ANSELMO LÚCIO AROUCHA SANTOS

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SATUBA

CRIAÇÃO GRÁFICA

Elaboração da Arte - João Luiz do Nascimento Maia - Professor do Curso de Design

Revisão da Arte – Gisela Lima Conti

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Prof. Msc Carlos de Oliveira Nunes Magalhães

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Álvaro José de Oliveira

Ivanilda Silva Panerari

Jeane Maria de Melo

Josilene Estácio Menezes

Luiz Henrique de Gouvêa Lemos

Leônidas Leão Borges

Margareth Nunes da Silva

Maria Verônica de Medeiros Lopes

Maria do Perpétuo Socorro

Maria Aparecida da Silva

Marília Góis Netto

Manuel Pinto Moreira

Maurício dos Santos Correia

Osineide Cavalcante de Farias

Rosângela Cerqueira da Luz

Silvana Kelly Coimbra Peixoto

Vânia Maria Galdino da Silva

COLABORADORES

Ângela Maria da Cunha

Antenor Farias

Elionai Silveira da Silva

Elton André da Silva Castro

Erlich Falcão

Jandira Matias

Joana D'Arc de Holanda Padilha

José Carlos Pessoa de Melo

Marcus Vinícius de Almeida Gomes

Maria Sophia Albuquerque de Aguiar

Maria de Fátima Borges

Mariluze Vieira
Patrícia de Oliveira Tenório
Roberto de Almeida Nobre
Sérgio Teixeira Costa
Vera Lúcia Nascimento

COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DO TEXTO FINAL

Leônidas Leão Borges
Margareth Nunes da Silva
Maria Verônica de Medeiros Lopes
Maria Aparecida da Silva
Rosângela Cerqueira da Luz
Silvana Kelly Coimbra Peixoto
Vânia Maria Galdino da Silva

EQUIPE DE REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO – 2009

Adriana Carla M. Valença de Alencar
Altemir João Secco
Ana Quitéria Menezes
Edilene Torres da Silva
Ewilma dos Santos Oliveira
Israel Crescêncio
Jocília Rodrigues
José Carlos Pessôa de Melo
José Enildo Freire Costa
Luiz Henrique de Gouvêa Lemos
Margareth Nunes da Silva
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Borges Cordeiro
Maria de Fátima Góis Cândido
Maria Verônica de Medeiros Lopes
Maria Verônica Teixeira Gomes
Silvana Kelly Coimbra Peixoto
Vânia Maria Galdino da Silva
Wanessa Lopes de Melo

EQUIPE DA II REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO - 2013

Adriana Carla M. Valença de Alencar

Ana Cristina Nascimento Cavalcante Vieira

Helisabety Barros Mendes da Fonseca

Margareth Nunes da Silva

Maria Verônica de Medeiros Lopes

CONSULTORES

Prof.^a Dr.^a Ilma Passos Alencastro Veiga - UnB

Prof.^a Dr.^a Abdízia Maria Alves Barros - UFAL

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	10
II. MARCO SITUACIONAL	10
2.1. (RE)Visitando um pouco da história do IFAL	11
2.2. Contexto socioeconômico e cultural do estado de Alagoas	13
2.2.1. Principais setores econômicos	17
2.3. Aspectos legais	21
2.3.1. Função social (Missão)	23
III. MARCO TEÓRICO	25
3.1. Visão do mundo contemporâneo e principais características desse novo tempo	26
3.2. O papel da educação frente à nova conjuntura tecnológica e globalizada	27
3.2.1. Princípios norteadores da concepção de educação do IFAL	29
3.2.2. Educação como transformação da realidade	30
3.2.3. A redução das desigualdades sociais	30
3.2.4. Preparação para a vida cidadã	30
3.2.5. Inserção social participativa	31
3.2.6. Integração entre a formação geral e profissional	31
3.2.7. Formação crítica, humanizada e emancipadora	32
3.2.8. Desenvolvimento socioeconômico	32
3.2.9. A vinculação à educação básica	32
3.2.10. A escola pública de qualidade	33
3.2.11. Princípios gerais orientadores do ensino, pesquisa e extensão	35
3.2.12. Perfil profissional requerido pela sociedade	37
3.3. Organização Didático-Pedagógica da Instituição	40
3.3.1. Princípios da Organização Didática	40
3.3.2. Organização curricular	40
3.3.3. Tempo escolar	41
3.3.4. Avaliação da aprendizagem	42
IV. MARCO OPERACIONAL – Políticas de ensino	46
4.1. Diretrizes gerais	47
4.2. Níveis e modalidades de ensino	48
4.2.1. Formação inicial e continuada de trabalhadores	49
4.2.2. Educação profissional técnica de nível médio	50
4.2.3. Educação básica de nível médio	51
4.2.4. Educação superior	53
4.2.4.1. Cursos Superiores, Bacharelados, Licenciaturas e Cursos superiores de Tecnologia	54

4.2.5. Educação a distância	54
4.3. Políticas de pesquisa e extensão	61
4.3.1. Ensino, pesquisa e extensão	65
4.4. Política de gestão	65
4.4.1. Gestão democrática	67
4.4.2. Política de formação e desenvolvimento profissional	69
4.4.3. Acompanhamento e avaliação	70
4.5. Responsabilidade social do IFAL	73
4.5.1. Referenciais de qualidade da educação	75
4.5.2. Diretrizes para a avaliação e acompanhamento	77
V. REFERÊNCIAS	80

I. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico Institucional-PPPI do IFAL não se trata de um documento pronto e acabado que delimita ações, responsabilidades, metas rígidas e medidas inadequadas. O PPPI - é referencial para a organização e orientação da vida do IFAL; por isso, é imprescindível que sua concepção, execução e avaliação estejam sob a responsabilidade social de todos os segmentos que trabalham e estudam na instituição.

Este projeto procura dotar a instituição de uma proposta de referência para sua ação educativa, conjugando as ideias e os princípios que balizam a educação pública. Nesse sentido, o documento Projeto político-pedagógico incorpora uma práxis, ou seja, ação-reflexão-ação, numa perspectiva metodológica participativa.

Reconhecemos o caráter dinâmico e a natureza polêmica de um projeto com estas características, o que é salutar numa instituição pública, centro aglutinador de diversidade. A contribuição de muitos foi importante no processo de construção do projeto, e a todos deve expressar os mais reconhecidos agradecimentos.

Vale ressaltar que um projeto bem sucedido, comprometido com a dimensão humana, somente poderá ser implementado pelo diálogo constante entre fins e meios. Caso contrário, ficará no vazio ou no utópico, não realizável. A legitimidade do Projeto político-pedagógico, enfim, passa pela colaboração de todos para favorecer sua concretização. Esse é nosso desafio!

Ilma Passos Alencastro Veiga
(UnB)

II. MARCO SITUACIONAL

O mundo atual vem passando por mudanças profundas, decorrentes da reorganização mundial, direcionada pela lógica da internacionalização do capital e do trabalho. O impacto dessas transformações incide em alterações no âmbito social, cultural e pessoal, desafiando a sociedade brasileira e, particularmente, o sistema educacional a encontrar alternativas de adequação às necessidades demandadas pelo setor produtivo e social.

Para Pereira (2003, p.31), a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, onde as diferenças e a exclusão se fazem presentes. Segundo a autora, “o desenvolvimento do capitalismo adquire novo impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão transnacional do trabalho e mundialização dos mercados”.

No mundo do trabalho, os desafios são de toda ordem e estão basicamente relacionados às grandes mudanças em sua organização e aos surpreendentes avanços tecnológicos.

As sociedades se transformam, fazem-se e desfazem-se. A revolução tecnológica atual tem provocado mudanças profundas, não só no mundo do trabalho, como na comunicação, na vida cotidiana e até mesmo no pensamento.

Nesse cenário, uma palavra parece definir muito das perspectivas e esperanças do futuro da sociedade: TECNOLOGIA. Mesmo tendo a convicção de que a tecnologia não resolve todos os problemas da sociedade, não podemos desconsiderar o impacto dela nas ciências e nas relações sociais.

As últimas décadas foram marcadas por um avanço tecnológico e científico jamais imaginado, repercutindo na qualificação profissional e, conseqüentemente, na educação, trazendo significativas alterações no sistema de produção e no processo de trabalho.

Segundo SAVIANI (1994, p.164), os novos contextos produtivos, marcados pela “era das máquinas inteligentes” implicam o desaparecimento gradativo de certas qualificações intelectuais específicas do trabalhador, condicionando a elevação dos níveis de qualificação geral.

Para IANNI (1997, p.162):

Está em curso a revolução microeletrônica “envolvendo novas formas de automação e robótica. Multiplicam-se e intensificam-se possibilidades de racionalização do processo produtivo. Criam-se novas especializações e alteram-se as condições de articulação entre as forças produtivas, bem como do trabalho intelectual e manual.

Há impactos sociais que não podem deixar de ser considerados, quando absorvemos as novas tecnologias e convivemos com a sua proximidade.

Nesse contexto, as desigualdades se deslocam, agravam-se e recriam-se em novos territórios. Observa-se que, embora a tecnologia favoreça a globalização da cultura, ela não é um bem que atinge todas as camadas sociais; ao contrário, acirra a competição desigual entre os cidadãos, trazendo, segundo DELUIZ (2001:3), implicações contraditórias para o trabalhador: “por um lado, a valorização do trabalho, que assume um caráter mais intelectualizado e menos prescritivo”; por outro, “a intensificação do trabalho e a desprofissionalização, que são consequências de uma polivalência estreita e espúria...”.

Em função das mudanças na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho, a Lei No 9.394/96 assume uma concepção de Educação Profissional, estabelecendo mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais, orientando um reposicionamento do currículo. Tal concepção, segundo ZARIFIAN (1998), nasceu de uma mudança profunda nas organizações do trabalho e nas relações sociais no seio das empresas, em atendimento às necessidades do capital.

Mesmo tendo a clareza que as circunstâncias atuais exigem um trabalhador preparado para atuar com competência, criatividade e ousadia, diante do atual cenário econômico, não devemos subordinar a educação apenas às exigências do mercado de trabalho.

Sabemos que a Revolução Tecnológica dita novos paradigmas para a sociedade e esta reflete, por vezes de forma coerente, às vezes de forma paradoxal, todo o acelerado avanço da ciência e da tecnologia; porém, faz-se

necessário ponderar algumas interpretações decorrentes desse contexto.

Numa perspectiva progressista, a formação profissional não deve se ater apenas à preparação de recursos humanos demandados pelo mercado de trabalho, mas uma formação concebida como “uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais...”, que “seja capaz de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso, em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico.” (FRIGOTTO. 1995, p.27).

Nessa visão, o trabalho é concebido como princípio educativo, entendido “como criador da vida humana e não como alienador da vida do trabalhador.”(ibid p. 32).

Se historicamente as Instituições Públicas de Educação Profissional se colocaram “alheias” às discussões mais críticas da educação provenientes da sua estrutura tecnicista de atuação, hoje, paradoxalmente, nasce no seu coletivo o desejo de se repensar a escola enquanto espaço dialético, que vise a uma sólida formação básica, cidadã, incorporando, também, novas práticas de gestão, onde os atores do processo educativo atuem como coparticipes na tomada de decisões.

2.1 (RE)Visitando um pouco da história do IFAL

Para melhor compreender a construção histórico-política do ensino técnico em terras alagoanas, particularmente a se compreender que o Instituto Federal de Alagoas nasce de duas autarquias com personalidades, até então, absolutamente distintas, mister se faz separar as narrativas, pelo menos, até 28 de dezembro de 2008 nas alusivas aos extintos Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e Escola Agrotécnica Federal de Satuba-Al, iniciando por aquele.

Através do Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas profissionalizantes no País, denominadas *Escola de Aprendizes Artífices*. A maioria delas foi criada onde ainda não existiam indústrias o que comprova que seu objetivo inicial era o de qualificar artesãos e não para a formação de mão-de-obra para a indústria.

Da mesma forma, sua localização, sempre nas capitais, obedecia mais a critérios políticos do que a critérios de desenvolvimento urbano e sócio-econômico. O aumento considerável de pessoas “deserdadas” ou “desvalidas” que afluíam para as cidades fez com que essas escolas fossem criadas com o propósito de neutralizar esses efeitos, considerados nocivos ao governo.

A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, que surgiu em cumprimento de disposto em diploma legal do Governo Federal, já nasceu envolta em estigma, preconceito e discriminação. O tempo, entretanto, se encarregou de apagar essa imagem.

Instalou-se, inicialmente, na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Centro, no dia 21 de janeiro de 1910. Para o início das aulas, foram montadas oficinas de serralharia, marcenaria, fundição e sapataria. Além desses ofícios, ensinava-se o curso primário e o curso de desenho. Foram matriculados 93 alunos.

A falta de condições de funcionamento, devido às instalações precárias, fez com que a Escola passasse a funcionar na Praça Sinimbu (atual prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – Ufal). Após alguns meses, foi instalada a oficina de alfaiataria, perfazendo o total de cinco, número limite exigido pelo Governo Federal.

Ao longo dos 104 anos de existência, a Escola passou por vários processos de reforma, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909 a 1937), Liceu Industrial de Maceió (1937 a 1961), Escola Industrial Deodoro da Fonseca e Escola Industrial Federal de Alagoas (1961 a 1967), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967 a 1999), Centro Federal de Educação, Tecnológica de Alagoas, de acordo com os termos da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, depois regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 e implementado nos termos do Decreto de 22 de março de 1999, tornou-se instituição dotada de todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, nos termos do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. E, finalmente, a partir da já mencionada **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e com ela a criação do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Alagoas.

Em 1987, o Ministério da Educação resolveu criar um programa de expansão e melhoria do ensino técnico de 2º grau. Com sua execução nasceram os câmpus avançados das Escolas Técnicas Federais, denominados de Unidades de Ensino Descentralizadas. Ainda como Escola Técnica Federal de Alagoas, foi atribuída a essa instituição a tarefa de implantar duas unidades de ensino: a Unidade Descentralizada de Palmeira dos Índios, localizada no município de Palmeira dos Índios, distante 130 km de Maceió, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1530 do DOU, datada de 19 de outubro de 1992; e a Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro, localizada no Município de Marechal Deodoro, distante 25 Km da capital, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1699 do DOU, datada de 6 de dezembro de 1994.

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal Alagoas é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - o que permitiu a criação dos primeiros cursos superiores de tecnologia.

No período de 2000 a 2008, foram sendo implantados diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, e também convênios e programas para a qualificação em nível de Pós-graduação dos servidores efetivos do então CEFET/AL.

Como dissemos anteriormente, a história do Instituto Federal de Alagoas, por força de sua formação inicial, desdobra-se em duas: a primeira, do Cefet/AL e a segunda da Escola Agrotécnica Federal de Satuba que, de modo resumido, apresentamos agora.

Desde a sua fundação, até os dias atuais, o Câmpus Satuba teve várias denominações. No entanto, sempre permaneceu destinado a formar mão-de-obra qualificada, para atender à demanda do setor agropecuário do Estado de Alagoas, não só às indústrias do ramo, mas, sobretudo, buscando melhorar a vida do homem do campo, através da disseminação de tecnologias que significassem aumento da produtividade e dos lucros, para as explorações agrícolas e zootécnicas das comunidades rurais.

O Decreto Lei Nº 8.940, de 30 de agosto de 1911 cria o Patronato Agrícola de Alagoas, destinado a ensinar, inicialmente, aos jovens, ofícios como os de selaria, carpintaria, sapataria, entre outros. Apenas a partir de

1931, o Patronato inicia o ensino profissional agrícola.

Em 1934, o Patronato foi transformado no Aprendizado Agrícola de Alagoas, recebendo a denominação de aprendizado agrícola Floriano Peixoto no ano de 1939.

A partir de 1943, o Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a oferecer três níveis de cursos: Curso Básico, Curso Rural e Curso de Adaptação.

Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto, denominação que permaneceu até o ano de 1957, quando passou a se denominar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto. A partir desta data, a Escola passou a oferecer o Curso Técnico de Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960.

Nova denominação surge em 1964, quando a escola foi denominada Colégio Agrícola Floriano Peixoto. A esta época, o colégio oferecia os cursos de Iniciação e Mestria Agrícola, além do Técnico em Agricultura.

A partir de 1969, deixam de existir os cursos de iniciação e de mestria, permanecendo, apenas o de Técnico em Agricultura.

Desde 04 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.937, a instituição recebeu a denominação, corrente em todo o território nacional, para esse tipo de ensino, de Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Em novembro de 1993 passou a ser uma Autarquia Federal.

Em 29 de dezembro de 2008, de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 ocorre à fusão com o CEFET/AL para constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.

A partir da fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas que, inicialmente com históricos distintos, passam a construir uma nova realidade educacional em Alagoas. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A partir da expansão que vem ocorrendo desde 2010, o Ifal passou a ser

constituído de onze câmpus distribuídos pelas três mesorregiões do Estado de Alagoas:

- Agreste Alagoano (câmpus Arapiraca, câmpus Palmeira dos Índios);
- Leste Alagoano (câmpus Maceió, câmpus Maragogi, câmpus Marechal Deodoro, câmpus Murici, câmpus Penedo, câmpus São Miguel, câmpus Satuba)
- Sertão Alagoano (câmpus Piranhas, câmpus Santana do Ipanema).

Ainda dando continuidade a expansão estão previstos a partir do ano de 2014 a instalação de mais 6 (seis) unidades distribuídas nos municípios de Batalha, Coruripe, Maceió/Benedito Bentes, Rio Largo, União dos Palmares e Viçosa.

A expansão do IFAL no Estado de Alagoas, vem contribuir, de modo significativo para o fomento do desenvolvimento local e regional, à medida que promove a formação humana e cidadã de profissionais qualificados, potencializando sua função social enquanto instituição de ensino público. Sua atuação deve ser permanentemente articulada e contextualizada a sua região de abrangência considerando as diversas representações sociais. É pois, função precípua do IFAL atuar a favor dos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

2.2 Contexto socioeconômico e cultural do Estado de Alagoas

Alagoas possui 27.778,506 km² com 3.233.234 de pessoas residentes, conforme Censo 2010 do IBGE, sendo 2.392.313 habitantes na área urbana e 840.921 na área rural. Seu Produto Interno Bruto – PIB, correspondeu a 24,545 bilhões de reais, a preços correntes de 2010.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD) de 2012, a população economicamente ativa aproxima-se de 1,3 milhão de pessoas. Segundo Carvalho (2012) dessas, 21% não possuíam instrução alguma e 34% tinham o ensino fundamental incompleto. Apenas 6% dessa população, com 15 anos ou mais de escolaridade atendiam aos requisitos do competitivo mercado de trabalho.

De acordo com dados do IBGE (2011), a maior parte da população ocupada encontra-se assim distribuída: no setor agropecuário 34%, no de serviços 54% e a indústria 12%. Vale salientar que administração pública e comércio estão incluídos no setor de serviço. No setor agropecuário, sobressai-se a cultura da cana-de-açúcar. Na pecuária a criação de bovinos é maior.

A cultura alagoana é baseada na culinária, no folclore e na tradição do artesanato e bordados que são considerados os mais ricos e variados do Nordeste, sendo produzidos em todos os quadrantes do estado. São trabalhos manuais que tem seus ensinamentos transmitidos por gerações, e que tem grande procura e valor tanto pelo mercado nacional como o internacional.

A culinária deliciosa e diversificada também faz parte da cultura do estado. São várias as especialidades encontradas nos cardápios dos restaurantes e bares, onde os destaques são para a qualidade e variedade dos frutos do mar, dos vários tipos de carnes, doces e sucos de frutas tropicais. O prato típico que melhor representa a culinária alagoana é o Sururu de Capote, que são mexilhões cozidos no leite de coco, com tomate, cheiro verde e outros temperos. Podemos citar outros pratos regionais típicos como: carne-de-sol com fava e feijão verde, picanhas grelhadas na chapas aquecidas a álcool, pernis, bistecas, frangos assados e a nobres carnes de avestruz e de búfalo.

O folclore alagoano tem suas raízes com origem nos três elementos colonizadores do povo brasileiro: o negro, o branco e o índio. As manifestações folclóricas acontecem durante todo o ano, de acordo com o período festivo e reúne mais de 30 manifestações. Entre os mais conhecidos destacam-se os de período natalino: Pastoril, Guerreiro, Taieira, Baianas, Reisados, Marujada, Presépio, Cavalhada. Das festas religiosas, o Mané do Rosário e Bandos dos Carnavalescos, Cambindas, Negras da Costa, Samba do Matuto, Caboclinhos, Torés de Índio e de Xangô e as Danças de São Gonçalo, Coco Alagoano, Rodas de Adulto. As mais importantes manifestações cantadas e dançadas são a Quadrilha, o Coco de Roda e a

Banda de Pífano, assim como os violeiros e repentistas encontrados nas praias. Em União dos Palmares comemoram-se a Festa do Milho, e o Dia Nacional da Consciência Negra. Outra festa popular tradicional de destaque é a Peja (marcação do gado). Entre as danças típicas destacam-se o Bate-Coxa e o Coco.

Em virtude da prevalência da monocultura da cana-de-açúcar, Alagoas é um dos estados mais pobres da Federação, o que impõe à sua população nefastas consequências, traduzidas na carência e diversificação de indústrias, o que representa um forte indício de atraso econômico e de desenvolvimento. Segundo dados de pesquisas econômicas, um terço do Produto Interno Bruto do Estado é decorrente das transferências de recursos federais e das políticas sociais do Governo Federal. É a chamada *federalização* do Estado, segundo Carvalho (2012), significa que mais da metade da população alagoana depende dos recursos federais para sobreviver.

Os dados obtidos em pesquisas do IBGE indicam a situação de pobreza e até de miséria em que Alagoas está mergulhada, não obstante a existência de seus recursos naturais que poderiam apontar em direção à superação desse quadro, se houvesse uma articulação de políticas públicas voltadas essencialmente para essa finalidade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas insere-se nesse contexto, como uma ferramenta que se pretende eficaz na promoção de esforços para implementar uma política educacional que tenha como prioridades a construção/produção/socialização de conhecimento, que seja capaz de estabelecer uma interface com a realidade, tendo como um dos indicadores o mercado de trabalho, sem entretanto, deste tornar-se refém ou mesmo guardião dos seus interesses.

A educação praticada no IFAL na perspectiva do que apontam os princípios que fundamentam a educação nacional consagrados na Constituição da República e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve ter caráter plural e visar precipuamente, a formação de um cidadão inteiro, capaz de reconhecer-se sujeito de direitos e deveres, capaz de identificar-se como sujeito produtor de ideias e de conhecimento nos mais

diversos campos do saber, da cultura e das artes e, jamais, sob nenhuma hipótese, tornar-se mera peça na complexa engrenagem do processo produtivo.

Essa educação há de ter, em sua “feitura”, natureza que albergue a elaboração teórica que sirva de lastro àquilo que se apresentar durante a vida, seja em seu caráter mais prático característico do processo produtivo, seja em seu caráter subjetivo mais próprio do conhecimento teórico.

É na dialética da educação compreendida na perspectiva da formação do cidadão, tornando-o produtor de conhecimentos – seja em nível teórico ou prático – que o IFAL constitui-se ou pode constituir-se instrumento concreto de superação dos índices que inserem Alagoas como um dos estados mais pobres do país, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A dormência desenvolvimentista em que Alagoas se encontra desde tempos idos, não será superada sem uma ação educativa eficiente que considere, em primeiro lugar, a dimensão humana como elemento valioso na verdadeira construção desse processo, que não tem um fim demarcado, apenas ponto de partida.

2.2.1 Principais setores econômicos

Conforme dados do IBGE (1998), o Estado de Alagoas é beneficiado com a exploração de gás natural, petróleo, salgema, argilas refratárias, granitos e gnaisses. As reservas de combustíveis fósseis são estimadas em mais de 16 bilhões de metros cúbicos de gás natural e 56 milhões de metros cúbicos de petróleo, que são largamente explorados. O salgema, principal matéria-prima para a Indústria Química, tem uma reserva estimada em 03 bilhões de toneladas e é explorado em grande escala para a produção de cloro e soda cáustica.

O calcário, outro elemento de potencialidade econômica, é utilizado para a produção de cal e corretivos; a argila, para refratários; os granitos e gnaisses, para a produção de pedra rachão, paralelepípedos e brita. São

também aproveitadas grandes jazidas de calcário sedimentar para a fabricação de cimento.

Alagoas possui 07 (sete) Distritos Industriais: Maceió, Murici, Penedo, Viçosa, Coruripe, Arapiraca e Marechal Deodoro, sendo este último o mais importante.

Dentre os principais setores econômicos do Estado de Alagoas, podemos destacar:

- Agropecuária

Com forte inclinação à agropecuária, segundo Carvalho (2012), Alagoas apresenta um quadro sem alterações no sistema produtivo agrícola, tendo seu principal produto a (cana-de-açúcar) ocupando a maior e a melhor área de produção agrícola do nosso Estado, enquanto as demais culturas, tanto as alimentares tradicionais (arroz, batata, feijão, mandioca e milho) como as comerciais (abacaxi, banana, coco, fumo e laranja) ocupam uma área restrita. Ainda segundo o autor, a pecuária alagoana tem como seu principal rebanho, o bovino que produz basicamente o leite. Essa atividade é complementada com outros rebanhos, principalmente os ovinos e os caprinos. Na produção agroindustrial (avicultura e suinocultura) seu crescimento está desacelerado devido a produção dos outros estados.

- Turismo

Alagoas, Estado privilegiado em atrativos turísticos naturais, possui uma faixa litorânea que se estende da fronteira com Pernambuco até a foz do São Francisco, dispendo, também, de um Patrimônio Cultural com rico acervo arquitetônico, gastronômico, de produção de artesanato e de cultura popular que se constituem em aspectos motivacionais para a elevação da demanda turística.

O Estado conta com um potencial turístico de grande envergadura tendo em vista que o fluxo de visitantes abrange regiões com vocação histórica, como os caminhos do Rio São Francisco, e a região dos Quilombos, que reconta a história do Quilombo do Palmares. Há também a região Metropolitana, que inclui a capital Maceió, e duas regiões que priorizam as

belezas naturais, como a região Costa dos Corais, no litoral norte de Alagoas, e a região Lagoas e Mares do Sul.

- Serviços

O Setor de serviço (incluindo comércio e administração pública) é o grande motor da economia alagoana. Segundo Carvalho (2012), a precoce urbanização criou uma realidade na qual o setor terciário ocupa, com suas atividades tipicamente urbanas, dois terços da área econômica alagoana. Para o autor, a economia do Estado é frágil e o poder público é um grande empregador. Conforme dados do IBGE (2012), o número de funcionários municipais (administração direta e indireta) no Estado não para de crescer.

Ainda segundo o autor, no comércio, o setor varejista tem uma importância maior que os demais, pelo número de unidades locais e de pessoas ocupadas. Em serviços, destacam-se os setores: imobiliário, saúde, serviço social e educação. Neste setor, o turismo é quem mobiliza as expectativas de crescimento econômico, e é uma das atividades que possibilitam a melhor distribuição de renda entre a população.

- Comércio Internacional

O setor de exportação de Alagoas, nos últimos anos, vem obtendo resultados positivos, embora apresente ainda grandes dificuldades. O Estado continua com uma economia de perfil monoexportador, ou seja, ampla hegemonia do setor sucroalcooleiro e uma parcela pouco significativa, de um outro segmento industrial, o químico.

No ano de 2011, os derivados da cana (açúcar e álcool) e químicos foram responsáveis por 99% das exportações alagoanas. Fenômeno que se repetiu em 2012, tornando o Estado um dos maiores exportadores nordestino..

As importações consistem, principalmente, nos produtos: adubo, trigo, milho e derivados do petróleo.

- Indústria

O setor industrial, segundo a FIEA possui aproximadamente 3.000 unidades de produção. Destacam-se os setores de produtos alimentícios, de bebidas e o sucroenergético. Este último continua sendo o principal empregador deste segmento.

2.3 Aspectos legais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), criado pelos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e constituído pela fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas (Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas Escola Agrotécnica Federal de Satuba – CEFET e EAFS detém autonomia administrativa patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Com estrutura multicampi, o IFAL está sediado na Reitoria, localizada na Rua Odilon Vasconcelos 103 (Esquina com Av Júlio Marques Luz Jatiúca-Maceió/AL). É composto, por 11 (onze) câmpus (Arapiraca, Maceió/Centro, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e Satuba. Com previsão a partir de 2014 de mais 6 (seis) unidades nos municípios de Batalha, Coruripe, Maceió/Benedito Bentes, Rio Largo, União dos Palmares e Viçosa.

Ainda de acordo com a Lei nº 9394/96, em seu capítulo III artigo 39: “a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, devendo, portanto, essa modalidade de ensino, estar em consonância com os diversos setores da economia e da sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada, sem perder de vista a formação cultural, profissional, política e ética dos cidadãos, enquanto trabalhadores produtivos e agentes na construção da equidade social.

A estrutura administrativa no âmbito da Reitoria e dos câmpus do Ifal está respaldada pela Resolução nº. 47/CS, de 09/11/2012 que determina a estruturação administrativa no âmbito da Reitoria e dos Câmpus do IFAL.

A estrutura de ensino, regulamentada pela sua Organização Didática, define como ofertas: formação inicial e continuada de trabalhadores, educação técnica profissional de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós – graduação. Todos esses níveis de ensino têm, como premissa básica, a efetivação da missão deste Instituto.

No processo de ensino e aprendizagem, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel fundamental, influenciando na proposta de formação do aluno cidadão, devendo assim estar alicerçada nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Pressupõe-se que, dessa forma, essas três dimensões possam revelar, a partir de sua constituição em bases sólidas indissociáveis, um processo de formação emancipatória com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social do IFAL.

A instituição atende a uma clientela basicamente constituída por alunos de camadas socioeconômico desfavorecidas provenientes de escolas públicas da capital e do interior do Estado. Com a intenção de reduzir as vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, desenvolve atividades no âmbito da política de assistência ao estudante, tais como: programas com foco no incentivo a permanência do aluno (Bolsa de Estudo, Bolsa PROEJA, Auxílio Permanência, Apoio às Atividades Estudantis, Refletir e Educar, Incentivo as Práticas Artísticas e Desportivas, Apoio ao Intercâmbio e a Mobilidade) além dos serviços com foco também no incentivo a permanência do aluno (Alimentação e Nutrição Escolar, Aconselhamento Psicológico, Orientação Profissional, Residência Estudantil, Assistência a Saúde, Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde, Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas e Acompanhamento Social), visando assegurar ao aluno condições de permanência com êxito.

Complementando a formação profissional do aluno, o IFAL tem oferecido estágios curriculares e extracurriculares, em convênio com empresas e instituições públicas e particulares.

Com o objetivo de aprimorar suas ações, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, o IFAL vem desenvolvendo a formação continuada de seu corpo docente e técnico administrativo, por meio de cursos de pós graduação realizados em convênio com Instituições Federais de Ensino Superior.

2.3.1 Função Social (Missão)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas tem por missão *Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.*

III. MARCO TEÓRICO

3.1 Visão do mundo contemporâneo e principais características desse novo tempo.

Quem quer transformar a realidade precisa conhecê-la, não só na aparência, mas em toda sua complexidade. (CARVALHO; 2003).

A partir da segunda metade do século passado, vários acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário cultural, político, social e econômico mundial. Vários analistas evidenciam que esses acontecimentos deflagraram um processo de reestruturação do modo de produção capitalista. Essa “nova” conjuntura econômica dita pós-industrial, globalizada, multicultural, informacional cada vez mais condiciona o processo de vida social, política e intelectual da sociedade contemporânea, a ponto de os centros de poder econômico e político emanarem ordens que submetem um mundo passivo e socialmente estratificado. É um poder monolítico, sem frestas nem aberturas, que agrava as disparidades sociais, econômicas e tecnológicas, e acentua a exclusão daqueles que não têm acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade.

As adequações promovidas no interior do modelo capitalista de produção – caracterizadas, principalmente, pela maior flexibilidade de gerenciamento; pela descentralização das empresas e suas organizações em rede, tanto internamente, quanto em suas relações com outras empresas; pelo considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho; pelo declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; pela individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; pela intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado de bem-estar social, com diferentes intensidades e orientações; pelo aumento da concorrência econômica global, em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais, para acumulação e gestão de capital; pela integração dos mercados financeiros se sobrepondo ao capital produtivo e pela acentuação de um

desenvolvimento desigual, que só agrava o quadro de exclusão social e a crise mundial do emprego – demonstram como o atual modo de desenvolvimento se aproxima mais da barbárie que da capacidade de resolver os grandes problemas da humanidade.

O contexto de globalização mercantil que caracteriza o mundo contemporâneo evidencia um momento bastante crítico na história da humanidade: a produção do binômio: riqueza e pobreza, como extremos paradoxais que parecem conduzir o homem ao abismo.

Se por um lado esse cenário parece assustador, por outro não se podem negar os progressos alcançados, consequentes da lógica capitalista. Nesse momento histórico, o que se questiona é a inequação entre a grande produção de riquezas e uma vertiginosa acentuação da pobreza daí consequentes, distanciando cada vez mais a perspectiva da tão almejada equidade social, que vislumbre a possibilidade da emancipação humana em outros patamares de convivência social.

3.2 O papel da Educação frente à nova conjuntura tecnológica e globalizada.

Os conflitos e as contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico, que parece expressar uma visão apocalíptica da sociedade, numa perspectiva dialética, são fatores que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

Nesse contexto, superar o atual estágio de desigualdades sociais é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais se deve ter como objetivo a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem um outro horizonte, como espaço de convivência social que supere as atuais condições sub-humanas de existência.

Dentre os diversos campos de constituição das políticas sociais, a Educação é chamada, também, a responder a esses desafios. A função precípua da Educação, no contexto do século XXI, é, sobretudo, aliada às demais práticas sociais, resgatar o conceito formativo presente em todos os

domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos indivíduos, ultrapassando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

Mais do que nunca, ela (educação) deve possibilitar os indivíduos à participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando assim a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania. (Deluiz;1999; p.16).

Nesse sentido, é papel da Educação, fundamentada numa perspectiva humanista, formar cidadãos trabalhadores e conhecedores de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica desta sociedade, sejam capazes de empreender uma inserção participativa, em condições de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico e de transformação da realidade.

Como caminho metodológico para o cumprimento de tamanhos desafios, o papel da Educação deve ser o de apontar para a superação da dicotomia entre o academicismo superficial e a profissionalização estreita, que sempre pautaram a formulação de políticas educacionais para o nosso país.

A integração entre formação geral e profissional, segundo Deluiz (1999), “faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), e permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas”. (Op. cit. p.16).

Nessa perspectiva, a formação integral permite ao trabalhador o enfrentamento das diferentes alternativas de tecnologias e diferenciadas possibilidades de trabalho, em um contexto de rotatividade de empregos e ameaça de desemprego, bem como alarga os horizontes dos indivíduos sobre o mundo do trabalho, e prepara-os para a totalidade da vida social.

Portanto, a Educação, tendo a escola como lócus de sua operacionalização, não pode se eximir do seu papel de mediadora e deverá buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o tácito, bem como a articulação entre parte e totalidade. Assim, vislumbra-se a superação da dualidade que opõe formação propedêutica e formação profissional, fortemente arraigada no contexto escolar e estabelecida por meio da disciplinaridade de saberes gerais e específicos. (Kuenzer; 1997).

3.2.1. Princípios norteadores da concepção de educação do IFAL

Em um contexto de grandes transformações, notadamente no âmbito tecnológico, a educação profissional não pode se restringir a uma compreensão linear que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, e nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais (BRASIL; 2004). Essa constatação admitida pelo MEC/SETEC ainda enseja, em função das demandas da atual conjuntura social, política, econômica, cultural e tecnológica, “um novo princípio educativo que busque, progressivamente, afastar-se da separação entre as funções intelectuais e as técnicas, com vistas a estruturar uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais” (BRASIL; 2004; P.11).

Enquanto instituição vinculada à esfera federal, o IF/AL – comungando do entendimento de que a educação profissional e tecnológica tem importância estratégica no desenvolvimento social do país – reitera, no seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPP), os seguintes princípios gerais da educação tecnológica postos nos seus diversos documentos, como referenciais propulsores na implementação desta política pública no Estado de Alagoas, os quais se traduzem em compromissos com:

3.2.2 Educação como transformação da realidade

É na dialética da educação, compreendida na perspectiva da formação

do cidadão, tornando-o produtor de conhecimentos – em nível teórico ou prático – que o IFAL constitui-se ou pode constituir-se instrumento concreto de superação dos índices que inserem Alagoas como um dos Estados mais pobres do país, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Os conflitos e as contradições geradas pelo quadro sócio-histórico-econômico, que parecem expressar uma visão apocalíptica da sociedade, numa perspectiva dialética, são fatores que apontam para a possibilidade de um salto qualitativo na transformação da realidade.

3.2.3. A redução das desigualdades sociais

Para a redução das desigualdades sociais, é preciso comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. Para tanto, a educação profissional e tecnológica tem que ter, necessariamente, a intencionalidade estratégica de fomentar o desenvolvimento social, avançando, de mero fragmento de treinamento em benefício exclusivo do mercado, para admitir sua função de mediador das relações sociais; ou seja, atuar como agente de transformação para construir o desenvolvimento do Brasil.

3.2.4 Preparação para a vida cidadã

Aliada às demais práticas sociais, a função precípua da educação é, sobretudo, resgatar o conceito formativo presente em todos os domínios da atividade humana, propiciando o alargamento dos horizontes dos indivíduos, ultrapassando as dimensões do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida.

3.2.5 Inserção social participativa

A educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando assim a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania. Nesse sentido, é papel da educação, fundamentada numa perspectiva humanista, formar cidadãos trabalhadores e conhecedores de seus direitos e obrigações que, a partir da apreensão do conhecimento, da instrumentalização e da compreensão crítica da sociedade, sejam capazes de empreender uma inserção participativa, em condições de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento socioeconômico e de transformação da realidade.

3.2.6 Integração entre formação geral e profissional

A integração entre formação geral e profissional faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos trabalhadores, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas. A educação, tendo a escola como locus de sua operacionalização, não pode se eximir do seu papel de mediadora e deve buscar, no âmbito de suas atribuições, a articulação da teoria com a prática, a relação entre o saber científico e o tácito, bem como a articulação entre parte e totalidade. Assim, deve ser superada a dualidade que opõe a formação propedêutica à formação profissional, ainda muito demarcada pelas práticas educacionais.

3.2.7 Formação crítica, humanizada e emancipadora

A educação deve se comprometer com a realização de uma formação crítica, humanizada e emancipadora, que proporcione experiências por meio das quais seja possível despertar o senso crítico, elevando o sujeito a

patamares de compreensão capazes de ampliar seu nível de participação na esfera social e no mundo do trabalho. A Educação não pode negligenciar da relação do homem com as questões de socialização, com as novas tecnologias, com os desafios ambientais e com a totalidade do complexo mundo do trabalho.

3.2.8. O desenvolvimento socioeconômico

À educação tecnológica cabe, também, atuar no processo de transformação da sociedade. A característica fundamental da educação profissional e tecnológica, assim como os demais níveis e/ou modalidades de ensino, constituintes da estrutura do sistema educacional brasileiro, é a de registrar, sistematizar e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, fazendo-se instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício da sociedade. Conciliar o aproveitamento dessa capacidade técnica, apontando para um desenvolvimento alternativo ao modelo vigente, com a ampliação dos espaços de inclusão e participação popular, se constitui elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico a ser assumido pela educação tecnológica.

3.2.9. A vinculação à educação básica

Assegurar a vinculação da educação tecnológica à educação básica é romper com a visão histórica de que a educação profissional é substituta da educação básica. O resgate da educação profissional e tecnológica como atividade digna e construtiva passa pela sua articulação com outros níveis de desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização da educação básica, de características humanistas e científico-tecnológicas.

Portanto, para o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, torna-se imprescindível a articulação entre educação básica e profissional, libertando-se da perspectiva

histórica, imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos, com vistas à formação do homem omnilateral.

3.2.10. A escola pública de qualidade

A garantia de padrão de qualidade para a educação tecnológica redundará na democratização da gestão, na valorização dos profissionais da educação, na adequação das instalações e nos laboratórios bem equipados. Isto significa um novo padrão de gestão, que tenha como eixo uma educação pública de qualidade, socialmente discutida e construída em processos participativos e democráticos, incorporando experiências que permitam acumular conhecimentos e técnicas, bem como de acesso às inovações tecnológicas e ao mundo do trabalho.

Vale ressaltar que essa intencionalidade assim exposta aponta para um novo modelo de nação fundamentada em três eixos: inclusão social, desenvolvimento sustentável e redução das vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas, indo ao encontro do que propugna a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título I, ao tratar da abrangência da educação, indicando a sua evidência nos mais variados espaços de convivência e produção da existência humana, destacando, em seu artigo 2º, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como finalidades da educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Assim, espera-se que a educação tecnológica seja capaz de:

...garantir uma profissionalização sustentável como necessidade de um projeto de nação de que o país necessita. Esta noção – de profissionalização sustentável – engloba um duplo imperativo: a atualização e o acompanhamento da rápida transformação tecnológica em que estamos inseridos e a garantia dos direitos sociais do trabalhador. (BRASIL; 2004; p.13).

Nesse sentido, além de reafirmar a educação profissional e tecnológica como direito e bem público, essencial para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social, compromete-se com a redução das desigualdades sociais e regionais; vincula-se ao projeto de nação soberana e desenvolvimento sustentável, incorporando a educação básica como requisito mínimo e direito de todos os trabalhadores, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica. Em outros termos, da educação profissional e tecnológica espera-se o cumprimento de sua função mediadora que, como mostra Gramsci apud Kuenzer (1997), busca a justa adequação entre a capacidade de trabalhar, tecnicamente e intelectualmente, por meio de uma educação básica sólida, sobre a qual construir-se-á uma formação profissional e humanista adequada, de modo que permita a homens e mulheres, cidadãos e cidadãs, trabalhadores e trabalhadoras, participarem ativamente do processo de construção social.

Em síntese, enquanto princípios filosóficos e técnicos-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas procura pautar suas ações compreendendo: o trabalho como princípio educativo, a educação como estratégia de inclusão social, a gestão democrática e participativa e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3.2.11. Princípios gerais orientadores do ensino, pesquisa e extensão

A perspectiva de ruptura com o paradigma da mera transmissão de “saber”, que vem se consolidando no processo de implementação do P.P.P.I. do IFAL, encaminha-nos para a assunção de uma prática escolar baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo precípua é assegurar o cumprimento de sua missão institucional aqui já apontada: a formação histórico-crítica do indivíduo, instrumentalizando-o para compreender as relações sociais em que vive, inserindo-se nelas, consciente de sua importância no processo de transformação.

Nesse sentido, diante da perspectiva de implementação de um projeto educacional que tenha como fim a formação ampla e multilateral do indivíduo, urge que se entenda o trabalho como princípio educativo e, como pontua Kuenzer (1997), “tome o trabalho como expressão do estágio de desenvolvimento das relações sociais contemporâneas em que a ciência se faz operativa e a técnica se faz complexa, reunificando cultura e produção.”

Portanto, faz-se necessário a instituição de princípios gerais que norteiem a condução do ensino, da pesquisa e da extensão como tripé que articula a reunificação entre cultura e produção. Assim, decorrente do trabalho como princípio geral da ação educativa, destacam-se como pressupostos orientadores da proposição pedagógica que se delineia:

- A gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo;
- A unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente;
- A adoção de conteúdo politécnico numa perspectiva histórica;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- A opção pelo método teórico/prático, tomando o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

Para a consecução de proposição nesse nível é requerida uma concepção de currículo, cuja essencialidade seja a compreensão pelo aluno do que se passa no mundo e das formas de agir e atuar nele. Assim, a organização curricular necessária ao IF/AL deve se constituir nas ferramentas/instrumentos indispensáveis ao processo de desvelamento da realidade.

Por intermédio do currículo do ensino, é possível que se abram as janelas pelas quais se visualiza um mundo mais amplo, se enxerga nele para compreendê-lo melhor. Esses instrumentos são os conhecimentos, ponto de partida nesse processo de desvelamento do mundo. O currículo é como que o

fornecedor de uma chave, de um código, de uma linguagem para ler o real, “é um processo em que se veicula toda uma concepção de pessoa, de sociedade, de conhecimento, de cultura e poder, bem como de possibilidade ou destinação das classes sociais, às quais os indivíduos pertencem” (OTTI; 1987; p.16-19).

Para tanto, se faz necessário ao IF/AL lançar mão, sabiamente, da autonomia didática e da flexibilidade estrutural e pedagógica conquistadas pela LDBEN/96, de forma a pautar sua organização curricular, contemplando a captação da “espinha dorsal” de cada área de conhecimento e/ou de atuação profissional; a compreensão dos processos de assimilação/apropriação do conhecimento, e o domínio dos processos pelos quais se exerce a ação mediadora entre conhecimento e sua assimilação/apropriação. Esse caminho aponta para a configuração de currículos que superem a noção de “conjunto de disciplinas isoladas”, abrindo a possibilidade da convivência de experiências de ensino-aprendizagem que expressem, de fato, a tarefa de consecução da função social dessa instituição de educação, que é a de colaborar na construção, pela práxis, de patamares de convivência social que vislumbrem a emancipação humana.

Do elenco de feições curriculares disponíveis na produção literária da educação, de onde se destacam: a seriação anual, a modularização, os projetos didáticos, o regime de créditos/periodização semestral, de onde emergirão as alternativas que melhor contemplem os seguintes princípios e critérios que devem se constituir em resolução para elaboração dos currículos plenos dos cursos do IFAL:

3.2.12. Perfil profissional requerido pela sociedade

Na perspectiva de superação da simples visão tarefaira de compor e/ou modificar uma grade curricular ou de “ajuntamento de disciplinas isoladas”, é que as alternativas de proposições curriculares encontradas e/ou definidas por esta Instituição devem deixar claro o modo como pretende articular o ensino, a pesquisa e a extensão, numa dimensão indissociável, na qual alunos e professores possam ser engajados num processo de composição de

diagnóstico de sua região de influência, do qual derivariam projetos de pesquisa, envolvendo descobertas e recriações, além de programas de intervenção/inserção na comunidade/sociedade. Tudo isso como meio de articulação e superação da dualidade propedêutico/profissional, própria da lógica excludente.

Essa estratégia metodológica, aqui abraçada, que ratifica, como tarefa da educação numa perspectiva de formação humana a construção, pela práxis, de uma nova relação entre ensino, pesquisa e extensão, requer que o processo de ensino-aprendizagem do IFAL se desenvolva permeado numa concepção emancipatória de avaliação, da qual possa ser revelado, nos sujeitos sociais, como efeitos da ação educativa, o desenvolvimento de competências e habilidades num plano multidimensional, envolvendo facetas que vão do individual ao sociocultural, situacional e processual, que não se confunde com mero 'desempenho'.

Tal postura, naturalmente, se constitui reflexo da concepção político-metodológica que se quer participativa e democrática, na qual a extensão implica o próprio ensino e pesquisa, desenvolvidos numa perspectiva de ação-reflexão-ação, em que a concepção de ensino se constrói na elaboração do conhecimento (pelos alunos), resultante do confronto com a realidade concreta, enquanto a pesquisa se constrói da sistematização dessa prática que resulta em novos conhecimentos significativos. Portanto, ensino/pesquisa/extensão constituem aspectos indissociáveis da ação educativa, que se traduzem em um conceito emergente de sala de aula, que não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreende todos os espaços dentro e fora da instituição em que se realiza o processo histórico-social, com suas múltiplas determinações, passando a expressar num conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, como princípio da ação educativa institucional do IFAL, vai ao encontro da superação da dicotomia existente entre produção do saber e a sua socialização, bem como deixa clara a opção política de atendimento às

demandas sociais da maioria da população, efetivando a transformação social e a formação da cidadania que se quer.

Nessa concepção, o perfil do profissional que o IFAL deseja formar está inserido em uma nova concepção de mundo, advinda da revolução tecnológica impulsionada pela informática, pela automação e pela microeletrônica. Tal revolução tem provocado mudanças significativas no cotidiano das pessoas, afetando diretamente as formas de produção, as condições de trabalho, o perfil do emprego, a qualificação de trabalhadores e as metodologias de propagação e de aquisição de conhecimentos.

A utilização de novos artefatos tecnológicos vem modificando também as formas de compreensão da realidade, cujos fundamentos provêm de categorias de aprendizagem linearmente estruturadas. Tais formas têm passado por ininterruptas mudanças, porque os saberes da atualidade são provocações em fluxos contínuos de estímulos, nos quais a racionalidade e as emoções se misturam, convergindo para múltiplas percepções e intuições da realidade. As novas tecnologias relativizam o conceito de tempo e espaço. O que é concebido como fixo e previsível se desloca para o virtual, para o efêmero e fluido.

Essa reconfiguração do mundo atual apresenta às estratégias de aprender e de estudar novos instrumentos e novas possibilidades que inevitavelmente devem redimensionar as concepções didático-pedagógicas, os espaços de aprendizagem e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de um processo revolucionário que deve instrumentalizar os indivíduos para uma transposição de valores, pois os sistemas de produção, a economia, a política e a educação expressam a forma como as tecnologias são utilizadas em cada época. Hoje, as novas configurações do conhecimento se redefinem em direção à estética, ao lazer, ao design, à moda, à comunicação, à robótica, à neurociência, à biotecnologia, à ecologia, ao aproveitamento de resíduos, às fontes de energia renováveis, à geriatria, à engenharia genética etc. Certamente, essa multiplicidade de novos saberes influencia a configuração dos sistemas de formação profissional.

Assim, o aluno-profissional egresso dos cursos do IFAL deverá ser competente para:

- Atuar no mundo do trabalho utilizando-se das novas concepções de sociedade, impulsionadas pela evolução dos sistemas de informação, da automação e da microeletrônica;
- Interagir nas estruturas das organizações, no sentido de desenvolver e aprimorar processos de gestão de tecnologias e de novos saberes correlatos;
- Desenvolver formas e sistemas de produção que se fundamentem em um modelo de sociedade sustentável;
- Agir com senso crítico na organização de processos produtivos;
- Atuar no mundo do trabalho de forma eficiente, ética e comprometida com os novos valores sociais, tais como as diferenças de gêneros, as mudanças nos estratos sociais e econômicos, as peculiaridades regionais e linguísticas.

3.3. Organização Didático-Pedagógica da Instituição

3.3.1. Princípios da Organização Didática

Construir uma organização didática para o IFAL, coerente com uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente, tornou-se a grande preocupação desta instituição. Nesta perspectiva, pautará sua organização curricular, nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Lei 9394/96, art. 2º).

Nesse sentido, o IF/AL perseguirá sua missão com base no princípio de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso na escola – observando a liberdade do aluno em aprender e do professor em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, valorizando a experiência extra-escolar, vinculando

a educação ao trabalho e às práticas sociais – sem desconsiderar os princípios da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

3.3.2. Organização curricular

O IFAL destacará, na sua estrutura curricular, o trabalho como princípio educativo, na perspectiva de responder aos pressupostos legais estabelecidos na Lei 9.394/1996 e nas Diretrizes Curriculares postas para os diferentes níveis da educação brasileira, norteando tal proposição nas seguintes premissas:

- Articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico, a partir do processo de trabalho, concebido enquanto “lócus” de definição de conteúdos que devem compor o programa, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- Organização de um currículo de tal forma articulado e integrado, que possa atender aos princípios de uma educação continuada e à verticalização de uma carreira de formação profissional e tecnológica;
- Mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia e da ética, articulando esses saberes com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;
- Construção de alternativas de produção coletiva de conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, favorecendo a interação entre os sujeitos do processo de ensino;
- Organização do desenho curricular em áreas de conhecimento e de atuação profissional;
- Adoção de formato curricular (modularização, seriação) que melhor resguarde identidade com a modalidade de oferta indicada;

- Organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, mediante projetos pedagógicos, temas geradores/eixos tecnológicos, possibilitando o diálogo entre as diferentes áreas do saber, ensejando o desenvolvimento de competências e habilidades;
- Tratamento dos conteúdos de ensino de modo contextualizado (transdisciplinaridade e interdisciplinaridade), devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade.

3.3.3. Tempo escolar

Sabe-se que a escola cumpre funções importantes na construção/constituição da humanização do homem mediante uma formação geral básica – capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas.

Sabe-se, também, que a escola é o espaço representativo da síntese entre a cultura experienciada (o que acontece no nosso cotidiano) e a cultura formal (domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento). Dessa forma, deve-se ter o cuidado em planejar a utilização de seu tempo como um dos elementos basilares para a consecução de seus objetivos e funções, enquanto uma das instâncias responsáveis pela construção de uma sociedade equitativa.

O tempo escolar sofre influências de diversos fatores que vão, desde as determinações externas até, obviamente, às diversas atividades incluídas no currículo. Estando sua organização pré-determinada legalmente, há que se ter o cuidado de delinear-la considerando também as exigências advindas da realidade, que nos permite pensar novas formas de estruturação desse tempo: sessões de aula, quadros de horários, organização de turnos, calendário escolar, reuniões pedagógicas, atividades de planejamento e replanejamento, períodos de avaliação, períodos de recuperação, espaço para suporte de aprendizagem, atividades socioculturais e esportivas, reuniões de pais e mestres, dentre outras.

3.3.4. Avaliação da aprendizagem

A avaliação apresenta-se como uma das questões mais controversas no processo de ensino aprendizagem, isto porque comumente avaliamos, considerando sempre a realidade como algo objetivo e estável. Nesse enfoque, a avaliação assume a finalidade de proporcionar uma visão retrospectiva e/ou pontual sobre a aprendizagem e o medir o que foi aprendido, legitimando a função de: recapitulação (armazenamento) e seleção social (promoção do aluno).

A proposta de avaliação da aprendizagem, no IFAL, será realizada em função dos objetivos expressos nos planos de cursos, considerando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais do educando, apresentando-se em três momentos avaliativos: diagnóstico, formativo e somativo, além de momentos coletivos de auto e heteroavaliação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação diagnóstica define estratégias para detectar os conhecimentos prévios dos alunos, em função do planejamento do professor, para que este possa estruturar e adequar as suas atividades, ao longo do curso, às necessidades de aprendizagem dos alunos.

A avaliação formativa ajusta, constantemente, o processo de ensino e o de aprendizagem para adequar-se à evolução dos alunos, a fim de orientar as ações educativas, de acordo com o que será detectado na prática, mediante a observação contínua e permanente.

A avaliação somativa reconhece, quantitativamente, se os alunos alcançaram os resultados esperados, por meio dos mais variados instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, pesquisas, projetos, TCC, prática profissional etc.).

Na autoavaliação, o aluno analisa junto ao professor os êxitos e fracassos do processo ensino aprendizagem, observando o material didático, a metodologia e o seu próprio desempenho.

Esse entendimento conflui na ideia da necessidade de se estabelecer estratégias na formação do desempenho do aluno, para o desenvolvimento de competências, habilidades, valores e atitudes, ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Para isso, a adoção de parâmetros individuais e coletivos de desempenho dos alunos é necessária, como forma de relacionar aos aspectos cognitivos, os emocionais e sociais, consequentes da ação educativa. Assim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem dos alunos em dificuldade de acompanhamento de estudos, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que estes avancem sempre junto aos demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão.

Em síntese, a avaliação de aprendizagem deve ser uma estratégia pedagógica substancialmente voltada para o direito de aprender. Aprender implica esforço reconstrutivo político, que privilegia atividades de pesquisa e elaboração própria, habilidades de argumentação e autonomia, saber pensar, crítica e auto-criticamente, produção de textos e materiais inteligentes, com participação ativa envolvente. No dizer de Demo (2000:9), “a aprendizagem é marcada profundamente pela virtude de trabalhar os limites em nome dos desafios e os desafios dentro dos limites”, a aprendizagem é, no seu âmago, expressão política e ética.

Enfim, o processo de avaliação de aprendizagem do IF/AL, coerente com o que propugna seu P.P.P.I., estabelecerá estratégias pedagógicas que assegurem uma prática avaliativa a serviço de uma ação democrática, por meio de instrumentos e técnicas que concretizem resultados em benefício do processo ensino-aprendizagem - prova escrita e oral; observação; autoavaliação; trabalhos individuais e em grupo; portfólio; projetos e conselho de classe, sobrepondo-se este como espaço privilegiado de avaliação coletiva. O conselho é, por excelência, espaço dialético com enorme potencial pedagógico e guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola, objetivando avaliar o seu processo de ensino/aprendizagem. Para tanto, dar-se-á relevância as ações que se seguem:

- Assegurar práticas avaliativas emancipatórias, como instrumentos de

diagnóstico e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, tendo como pressupostos o diálogo e a pesquisa;

- Contribuir para a melhoria da qualidade do processo educativo, possibilitando a tomada de decisões para o (re)dimensionamento e o aperfeiçoamento do mesmo;
- Assegurar a consistência entre os processos de avaliação e a aprendizagem pretendida, através da utilização de formas e instrumentos diversificados, de acordo com a natureza dessa aprendizagem e dos contextos em que ocorrem;
- Assegurar as formas de participação dos alunos como construtores de sua aprendizagem;
- Assegurar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Assegurar estudos de recuperação paralela ao período letivo, em todos os cursos ofertados;
- Diagnosticar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem, para possível redimensionamento das práticas educativas;
- Diagnosticar as deficiências da organização do processo de ensino, possibilitando reformulação para corrigi-lo;
- Estabelecer um conjunto de procedimentos que permitam traduzir os resultados em termos quantitativos;
- Adotar transparência no processo de avaliação, explicitando os critérios (o que, como e para que avaliar) numa perspectiva conjunta e interativa, para alunos e professores;
- Garantir a primazia da avaliação formativa, valorizando os aspectos (cognitivo, psicomotor, afetivo) e as funções (reflexiva e crítica), como caráter dialógico e emancipatório;
- Instituir o conselho de classe como fórum permanente de análise, discussão e decisão para o acompanhamento dos resultados do processo de ensino e

aprendizagem;

- Desenvolver um processo mútuo de avaliação docente/discente como mecanismo de viabilização da melhoria da qualidade do ensino e dos resultados de aprendizagem.

IV. MARCO OPERACIONAL - POLÍTICAS DE ENSINO

Traduzidas no seu Projeto Político Pedagógico, as políticas de ensino do IFAL se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. É possível que, no campo metodológico, à primeira vista, as dificuldades em articular as demandas institucionais a uma reflexão crítica da realidade reduza ou mesmo limite a capacidade propositiva deste Projeto, em que estão explicitadas diretrizes e metas que caminham ao encontro dos desejos e necessidades da comunidade, requerendo, assim, uma permanente escuta da realidade cotidiana em constante referência à história institucional.

É justamente nesse conflito entre aquilo que pode conter o Projeto Político Pedagógico Institucional, em suas diretrizes e propostas, e as demandas nelas traduzidas que sustenta, em si, a contradição como base para a possibilidade de advir o novo como o contrário da cristalização de saberes, comportamentos cotidianos e práticas educativas.

Então, o Projeto Político Pedagógico Institucional, embora se objetive num conjunto de inscritos sobre a vida e identidade (acreditamos, sempre dinâmicas!) da instituição, constitui-se, para além de um suposto mero registro de proposições, no instrumento de sustentação do diálogo permanente entre todos os atores que compõem e vivem no seu interior. Assim sendo, torna-se o veículo que congrega diferentes vozes de uma diversidade de sujeitos.

Do encontro inicial com o coletivo, elaborou-se uma síntese – resumo de diferentes perspectivas situada no momento histórico em que emerge. Sempre em momento simultâneo/posterior, é submetido ao exame coletivo e, neste instante, poderá resgatar e fazer lembrar ao gestor: os encontros coletivos, em diversos âmbitos em que o conflito de ideias favoreceu a emergência de diferentes perspectivas sobre o cotidiano compartilhado.

Conflito, aqui, não é algo que se rejeita; mas uma das condições para ressignificar saberes, comportamentos e práticas. Conflito aparente, mas instante complexo em que diferentes significados podem ser negociados e gerar novos sentidos para projetos individuais e coletivos.

Aqui, assume-se o compromisso com a formulação de uma prática de acesso e permanência na instituição educativa dos sujeitos em situação de exclusão; política que se traduz numa prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características desta população.

O IFAL assume o compromisso de construir uma gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação.

Neste sentido, o IFAL, direcionando o trabalho para a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico, estabelece as seguintes Diretrizes Gerais do Marco Operacional do seu Projeto Político Pedagógico, enquanto políticas de ensino:

4.1. Diretrizes gerais

- Contribuir na construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- Consolidar o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional postos na Constituição Federal, na LDBEN 9394/96 e nas legislações correlatas;
- Instituir uma política de formação continuada para os profissionais da Instituição;
- Instituir políticas de parceria, cooperação técnico-científica e intercâmbio com instituições de ensino superior em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desencadeados nesse âmbito;
- Articular educação básica, educação profissional de nível médio e educação superior tecnológica, observando os princípios democráticos de qualidade e equidade, em conformidade com o que preceitua o artigo 205 da Constituição Federal e os artigos 2º e 3º da LDBEN 9394/96;

- Garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos das Unidades de Ensino do IF/AL, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, ampliando, adequando e modernizando laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e demais espaços físicos;
- Implantar programas voltados para a promoção do acesso das minorias ao IF/AL, contemplando as especificidades das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, bem como a educação de jovens e adultos;
- Instituir programa de avaliação institucional em todas as instâncias (administrativas e pedagógicas em suas especificidades), com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- Estimular iniciativas educativas inovadoras e divulgação das experiências exitosas;
- Instituir política de ampliação da oferta da educação profissional no Estado de Alagoas decorrente de resultados de pesquisa de demanda e considerando as características de cada região;
- Promover o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;
- Assegurar o regime de residência e semi-residência para alunos nos câmpus que apresentem necessidade.

4.2. Níveis e modalidades de ensino

O IFAL, em consonância com o que postula a LDB 9394/1996, art. 39, que trata da educação profissional, enquanto prática que possibilite o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, e como instituição vinculada à rede federal de educação tecnológica, com a

prerrogativa de poder ofertar os dois níveis de ensino postos para a educação brasileira: educação básica e educação superior, no delineamento deste projeto pedagógico, destaca como possibilidades de ofertas educacionais:

- Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Educação profissional técnica de nível médio;
- Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação;
- Ensino Médio;
- Educação de jovens e adultos;
- Educação à distância;
- Educação superior: licenciaturas e bacharelados.

Tais possibilidades corroboram o que preceituam a Lei nº 11 741/2008, a Lei nº 9394/1996 e a Lei nº 11 892/2008 , que regulamentam a oferta de educação profissional no Brasil, da qual já vimos implementando:

- Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores;
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas integrada, concomitante e subsequente;
- Educação Profissional Tecnológica de Graduação/Curso Superior de Tecnologia;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação à Distância;
- Educação Superior: bacharelados, licenciaturas e pós-graduação.

4.2.1 Formação inicial e continuada de trabalhadores

Formar para o trabalho é uma preocupação antiga que nossos antecedentes tinham, quando se ocupavam em transmitir conhecimentos e habilidades necessárias ao provimento de gêneros alimentícios e habitação. Segundo Fartes (1999), com a evolução da sociedade, essas funções do trabalho tornaram-se mais complexas, diferenciadas e especializadas, exigindo planejamentos mais específicos de treinamento e, conseqüentemente, programas de aprendizagem.

A partir daí, a escola assume um papel preponderante na formação do aluno trabalhador, organizando suas práticas educativas em função das exigências do setor produtivo, vinculando seus planejamentos às necessidades de qualificação de mão-de-obra demandada pelo mercado de trabalho cada vez mais flexível e imprevisível.

Nessa perspectiva, embora seja necessário se levar em consideração a necessidade de um novo perfil profissional que responda às exigências do novo paradigma tecnológico e de gestão organizacional, não devemos perder de vista que esse profissional deverá ser formado em toda sua plenitude.

Nessa ótica, é papel da educação formar alunos trabalhadores, conhecedores de seus direitos e deveres, por meio de uma educação emancipatória de natureza ético-social cognitiva e instrumental, que vise à eficácia dos processos formativos sob a exigência da ética e da cidadania, promovendo oportunidades de estudos, não só para os jovens que estão matriculados na educação formal, mas também para os adultos que precisam de formação continuada. Assim sendo, é fundamental estabelecer como ações nesse campo de oferta:

- Implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os segmentos diferenciados da sociedade, em parceria com empresas, instituições, associações e organizações não governamentais;
- Ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos

empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;

- Adotar mecanismos de articulação da educação de jovens e adultos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no IFAL;
- Implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

4.2.2 Educação profissional técnica de nível médio

A Educação Profissional apresenta-se como a modalidade de ensino que melhor configura a estreita relação entre as diversas esferas da sociedade (econômica, política e cultural) e o sistema educativo. Por conseguinte, a existência de uma tendência em atrelar a sua finalidade a uma mera adaptação às necessidades do mercado de trabalho e a outras questões a ele correlatas, banaliza sua importância, enquanto “confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho.” (Parecer CNE/CEB nº 16/99).

Sabemos, no entanto, que a atual divisão e organização do trabalho no modelo capitalista nos impele a repensarmos o acesso do indivíduo ao conhecimento enquanto profissionalização e/ou qualificação, desvinculando-o certamente da noção de aquisição de um rol de “habilidades” e “competências” cambiantes – modificadas mediante as necessidades e as exigências do capital – e vinculando-o à multidimensionalidade do trabalho como atividade humana, social e cultural. Nesta ótica, a educação profissional é compreendida como o entrelaçamento entre as experiências vivenciais e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações nos diversos âmbitos: nas relações de trabalho, sociais, históricas e políticas, incidindo também esta compreensão na consolidação da aquisição de conhecimentos gerais e conhecimentos operacionais de forma interativa, desaparecendo, portanto, os limites entre formação geral e formação profissional.

Diante disso, cabe-nos, enquanto Instituição de Educação Profissional, pautar nossa atuação, objetivando a construção da cidadania e a inserção dos indivíduos na sociedade, como ser produtivo, ético e político baseada na tríade: autonomia, participação e diálogo, e tendo o trabalho como princípio educativo. Com base nessa dimensão torna-se imprescindível:

- Articular a Educação Profissional com a Educação Básica mediante a oferta de cursos Profissionais Técnicos de nível médio na forma integrada, nos termos da Lei nº 11 741 /2008 que alterou a Lei nº 9394/96;
- Conjuguar a teoria com a prática, mediante proposta pedagógica que tenha como base, dentre outros construtos: a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade, em todas as formas de ofertas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Promover as atividades de pesquisa e extensão, permeando o processo de ensino por meio de projetos, simpósios, seminários, debates, núcleos temáticos, etc., em sintonia com os avanços tecnológicos, o mundo do trabalho e as demandas sociais;
- Desenvolver ações de acompanhamento e avaliação da prática escolar do ensino (Organização Didática, Planos Curriculares etc.) numa perspectiva de participação do conjunto da comunidade dos campi;
- Desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional no que se refere às ofertas de cursos;
- Consolidar política de extensão;
- Consolidar a oferta de educação profissional na forma integrada;
- Promover a revisão e o redimensionamento dos planos dos cursos mediante avaliação sistemática, sempre que se verificar defasagem entre o perfil de conclusão e as exigências advindas da sociedade.

4.2.3 Educação básica de nível médio

O Ensino Médio, enquanto etapa final da educação básica tem por finalidade preparar o educando para o trabalho e a cidadania, objetivando a continuidade do processo de aprendizagem, de modo que este seja capaz de compreender o mundo físico, social e cultural.

Nessa perspectiva, o trabalho constitui-se em princípio norteador, no desenvolvimento curricular do ensino médio “... enquanto uma das principais atividades humanas, enquanto campo de preparação para escolhas profissionais futuras, enquanto espaço de exercício de cidadania, de processo de produção de bens, serviços e conhecimentos com as tarefas laborais que lhes são próprias.” (Parecer CEB nº 15/98), de acordo com a LDB nº 9394/96, em seus artigos 35 e 36.

Assim o Ensino Médio corporifica a noção de trabalho e cidadania como base para a formação geral, configurando-se, enquanto educação básica, naquela etapa da educação que será: “... a base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho.” (Parecer CEB nº 15/98).

No delineamento do desenho curricular para essa modalidade de ensino, o trabalho, como princípio educativo, deixa de ser componente curricular particular ou obrigatório da parte diversificada, contemplando conteúdos pré-determinados, integrando-se e perpassando em toda sua amplitude.

Essa formação geral do educando acerca dos fundamentos científico – tecnológicos, assim como sua qualificação para o trabalho, deve sustentar-se nos fundamentos estéticos, políticos e éticos que inspiram a constituição e a LDB nº 9394/96, baseando-se, também, na estética da sensibilidade, na ética da identidade e na política da igualdade, tendo a interdisciplinaridade e a contextualização como conceitos norteadores. Assim busca-se conciliar o humanismo e a tecnologia numa visão unificadora, superando o modelo dual do ensino médio, tendo a interdisciplinaridade e a contextualização como prática pedagógica.

Configura-se, então, uma expectativa para que o ensino médio contribua com o provimento ao educando de uma formação científico-cultural para a

constituição de um ser social que reúna conhecimentos e informações, visando ao exercício de seus direitos e deveres de forma ética e solidária. A proposição que se levanta na perspectiva de que essa oferta venha a ser retomada à longo prazo, condiciona-se a:

- Realizar avaliação de demanda local, no sentido de verificar a viabilização da continuidade de oferta do ensino médio propedêutico;
- Assegurar com sucesso a permanência dos alunos matriculados no ensino médio propedêutico;
- Formatar mecanismos de articulação entre o ensino médio propedêutico e os diversos níveis /modalidades de ensino do IFAL;
- Proporcionar a compreensão dos fundamentos científico–tecnológicos dos processos produtivos, associando em cada componente curricular a teoria com a prática;
- Redimensionar seus conteúdos de ensino ou áreas, de forma interdisciplinar e contextualizada como garantia do diálogo constante entre as diferentes áreas do saber e desta com a realidade.

4.2.4 Educação superior

4.2.4.1 Cursos superiores – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia

Estudos realizados pelo MEC/SETEC apontam o Brasil de hoje, por suas capacidades de recursos juntamente com a Rússia, a Índia e a China, como integrante de um grupo de países com expectativas de crescimento bastante positivas para as próximas décadas. Países que, na análise de economistas têm condições de passar pela atual turbulência internacional e manter as economias em expansão.

Simultaneamente, o Brasil também faz parte do círculo de revolução tecnológica com relevante grau de conhecimento das bases científicas e

tecnológicas necessárias no processo de transformação, embora não contribua ainda significativamente para o seu desenvolvimento. Posição distinta daquela do período da descoberta do tear mecânico, da ferrovia e do motor a vapor, em que o Brasil, colônia de Portugal encontrava-se fora do processo. Em outro marco histórico, no fim do século XIX e início do século XX, o Brasil então na passagem do Império para a República estava, grosso modo, prisioneiro do trabalho escravo. Hoje, frente às questões da inovação tecnológica, uma oportunidade singular se apresenta para o país, momento do qual não pode se furtar de tomar parte.

Nesse contexto, reforça-se como fator decisivo para o desenvolvimento da nação brasileira a necessidade de profissionais especializados com sólida formação acadêmica em diversos setores da economia. A questão dos cursos superiores faz-se cada vez mais emblemática em duas dimensões indissociáveis: na qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender as demandas de crescimento sustentável do país.

Com a implantação da Lei 9394/96 e de seus dispositivos de regulamentação, apesar de a educação profissional ter sido concebida na perspectiva do modelo de competências, sua implantação e implementação nos planos e programas vem sendo enfocadas de diferentes formas: no mercado ou no indivíduo, passando pela integração ou desvinculação entre formação geral e profissional, por pontos de vistas epistemológicos diferentes em relação à construção de competências bem como por concepções de competências também diferenciadas.

O movimento atual sinaliza para um afastamento relativo dessa lógica. Embora a preocupação com a produção e o desenvolvimento do país seja a seiva das ações que estão se implementando, a preocupação com a formação do humano permeia todo o processo. A defesa do desenvolvimento se constitui em voz e ação nas políticas e programas do governo, resposta à necessidade de planejar e fazer um país e um mundo em que a dignidade humana e a vida em sua plenitude estejam preservadas.

Neste contexto, é importante a leitura crítica das proposições curriculares para cursos superiores com o objetivo de identificar e refletir sobre os modelos epistemológicos subjacentes às mesmas, eivadas do ranço behaviorista que se nos apresenta atualmente travestida de “competências” na perspectiva de melhor fundamentar o aporte teórico na elaboração de uma proposta curricular que não reduza a formação à mera instrumentação para o exercício profissional. É necessário, portanto, ressignificar a concepção de educação pautada numa visão crítica de forma que a articulação da dimensão profissional com a dimensão sócio-política seja oportunizada.

Pensar o desenho curricular dos cursos superiores do Instituto Federal traz de imediato a concepção que dá razão à existência dessa instituição e seus princípios norteadores. Isto porque, o instituto, enquanto instrumento mediador da formação do trabalhador e instância posicionada na condição de agente do desenvolvimento local e regional, deve delinear suas atribuições ao processo de desenvolvimento a partir de sua realidade fática. Para tal, sua ação deve ultrapassar seus muros, ir além da educação profissional e tecnológica como mero instrumento de capacitação de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos.

É imprescindível situar a educação como modalidade de formação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma postura dialógica com a realidade. Ao mergulhar em sua realidade, deve extrair e problematizar o conhecido, investigar o conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de sua realidade, de forma a credenciá-la a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e da sustentabilidade. Esta é uma das razões que justificam a autonomia didático-pedagógica que é conferida aos Institutos Federais cuja perspectiva de verticalização do ensino, mais do que uma identidade e referência, expressa o compromisso com a população brasileira que ainda está distante da escolaridade desejada e necessária para o mundo moderno englobando a sua complexidade e os diferentes graus de desenvolvimento do país. Eis assim, a configuração do contexto em que emerge a oferta da educação superior em nossa instituição.

Se por um lado, a oferta da formação inicial e continuada de trabalhadores e a profissionalização no nível médio ainda são necessárias à sociedade brasileira por diferentes agravantes, e se constituem na maior parcela da oferta de formação nos institutos federais, os cursos de graduação e pós-graduação reforçam o formato singular dessas instituições.

No bojo da política de educação superior do IFAL, há que se ressaltar a política de formação de professores a ser desencadeada por meio das licenciaturas. Nesse âmbito a formação que se almeja requer que sejam propiciadas condições que permitam ao profissional daí oriundo, um perfil que revele consistência teórica, competência técnica e compromisso político com a qualidade social da educação. As licenciaturas são absolutamente essenciais por serem espaço privilegiado da formação inicial para docentes e pelo importante papel que desempenham no desenvolvimento de pedagogias apropriadas às especificidades da educação básica, ao desenvolvimento da reflexão pedagógica sobre a prática docente, e ao fortalecimento do elo entre ensino-pesquisa-extensão dentre outros aspectos. Isto porque os desafios para os professores da educação básica são novos e estão relacionados às mudanças do contexto sócio econômico que afetam as relações profissionais, aos efeitos das inovações tecnológicas, ao novo papel que os sistemas simbólicos desempenham no cotidiano, à exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e de sustentabilidade ambiental. São novas demandas à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, reflexão e intervenções críticas e criativas em todas as dimensões da existência social.

A graduação e a pós-graduação são canais imprescindíveis para o aprofundamento do diálogo com os apelos sociais, uma vez que, além de oportunizarem a formação (cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, mestrados e doutorados), trazem a pesquisa como possibilidade de pensar e construir o futuro, bem como atuar na sociedade desenvolvendo programas e projetos de extensão.

A implementação da educação superior pelo IFAL incorpora, nos marcos do seu P.P.P.I, o princípio educativo que advoga uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e

instrumentais. O que se almeja, portanto, é a constituição de um processo formativo que busca aliar a concepção de educação à formação profissional integral, este último definido como um processo técnico-pedagógico, que articule os conhecimentos teóricos e práticos da educação profissional com os fundamentos da formação humana no seu sentido pleno.

Incorporando o relevante papel social incumbido às instituições de ensino que trabalham com formação em nível superior e, concebendo esse nível de formação como o ápice da profissionalização, é que o IFAL, levando em conta o processo permanente de formação encampado pelos sujeitos histórico-sociais, na perspectiva de viabilizar a esses atores o desenvolvimento de uma carreira de formação profissional e tecnológica, deverá possibilitar a articulação verticalizada e a integração com os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como com o trabalho, com a ciência e com a tecnologia.

Neste universo amplo e diversificado de formação próprio do instituto, ressalta-se que cada modalidade de graduação deve apresentar objetivos próprios de maneira que em decorrência destes, possa-se delinear o perfil e a identidade da instituição com todas as características que lhe são peculiares. Assim, na perspectiva de firmar um movimento de unidade na diversidade, compreende-se a necessidade de se estabelecer eixos norteadores na construção dos currículos dos cursos de graduação.

Com enfoque nesse referencial, as composições dos cursos superiores em nosso meio devem apresentar as seguintes características: sintonia com a sociedade e o mundo produtivo; diálogo com os arranjos produtivos culturais locais e regionais; preocupação com o desenvolvimento humano sustentável; possibilidade de estabelecer metodologias que viabilizem a ação pedagógica inter e transdisciplinar dos saberes; realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais; interação de saberes teórico-práticos ao longo do curso; percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento; construção da autonomia dos discentes na aprendizagem; mobilidade/intercâmbio/cooperação intra e interinstitucional;

comparabilidade/intercâmbio e integração interinstitucional e integração da comunidade discente de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Para tanto, os cursos superiores do IFAL, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino e para cada curso em sua área específica, devem ensejar uma perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, visando ao desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã. Nessa perspectiva pontuam-se como exigências inadiáveis:

- Desencadear e consolidar a oferta de educação superior na instituição no âmbito das licenciaturas e bacharelados, sobretudo, nas áreas de ciências da natureza e matemática e para a educação profissional;
- Ampliar, em colaboração com outras instituições, a política de incentivo a pós-graduação e a investigação científica, tecnológica e humanística;
- Estabelecer articulação entre as IES públicas em Alagoas e os demais níveis de modalidade de ensino, de modo a garantir um compromisso com a qualificação da educação básica;
- Desenvolver pesquisas que contribuam para a democratização da educação em alagoas;
- Observar no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas no PNE;
- Estruturar programas interinstitucionais de pós-graduação;
- Constituir infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas em condições de viabilizar o credenciamento ou recredenciamento enquanto instituição de educação superior, bem como autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas com elemento integrante dos processos de ensino-aprendizagem na educação superior;
- Implantar um programa de desenvolvimento da extensão universitária;
- Priorizar a pesquisa no âmbito da educação/ensino como alternativa para

inovação de saberes no processo ensino aprendizagem além da inovação tecnológica nessa área;

- Instituir um programa de avaliação sistemática do ensino tecnológico nos aspectos pedagógicos e administrativos;
- Realizar pesquisas sobre a demanda da educação superior;
- Desenvolver programas de inserção social, mediante a intervenção/interação com a sociedade;
- Incentivar a adoção e implantação de novas metodologias, no âmbito da educação profissional e tecnológica, para a organização da educação à distância, por meio de novas tecnologias, de multimídia e outras capazes de alcançar outras regiões do Estado de Alagoas;
- Promover uma maior interação entre o conhecimento sistematizado, no cotidiano da sala de aula, e o desenvolvimento das pesquisas científicas, evidenciando-se o princípio de contextualização;
- Criar espaços temáticos, de estudos e pesquisas, voltados para a formação acadêmica, na perspectiva da formação crítica e reflexiva e da autonomia do aluno
- Promover o intercâmbio de cooperação técnica com empresas, instituições públicas e privadas;
- Institucionalizar e integrar a pesquisa e a extensão, a prestação de serviços à comunidade, como atividades inerentes ao IF/AL enquanto instituição pública.
- Ampliar o leque de cursos ofertados.

4.2.5 Educação a distância

O conceito de Educação a Distância (EaD) engloba um vasto território de informações, com características que se enquadram em circunstâncias

históricas, políticas e sociais. Tais condições fazem com que haja um desenvolvimento vertiginoso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as quais contribuem para diversificar também as definições sobre o que se entende por EaD. O Decreto 5.622/2005 caracteriza a EaD como

[...] modalidade educacional na qual a mediação pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005b, p. 1).

A necessidade de ampliação na oferta educacional na modalidade a distância, se dá pela grande demanda de profissionais excluídos do processo de formação e pela dimensão continental de nosso país, aliada ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Este cenário impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos, carecendo uma formação que os qualifique para lidar com o avanço científico e tecnológico, situando-os no mundo contemporâneo para dele participar de forma proativa, tanto na sociedade como no mundo do trabalho.

A educação na modalidade a distância vem ganhando relevância com a modernização dos meios e recursos utilizados na difusão da informação e comunicação, propiciada pela internet, tendo o professor, como mediador, de interfaces gráficas de comunicação online que estejam alinhadas, ao objetivo proposto no currículo, onde cada uma tem seu potencial de transmissão exercendo papel significativo no processo de ensino-aprendizagem. Nessa percepção, não se exclui os métodos convencionais, entretanto, exige do profissional docente, um amadurecimento de novas perspectivas que comportem agrupar os fatores pedagógicos aos tecnológicos.

O IFAL implanta e assume a educação a distância como uma ação inclusiva e possibilitadora da formação cidadã. A organização didática para educação a distância segue os princípios definidos para o IFAL, coerente com

uma visão omnilateral que requer a formação de cidadãos éticos e atuantes socialmente. Nesse sentido sua organização curricular está pautada nos princípios “de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Lei 9394/96, art. 2o).

Nesse sentido, a educação a distância cumprirá sua missão com base nos princípios e nas concepções de igualdade de condições para o acesso (tendo como premissa a inclusão social) e permanência com sucesso na escola – observando a liberdade do aluno em aprender e do professor em ensinar, tendo como um dos objetivos a divulgação da cultura, do pensamento, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, valorizando a experiência extraescolar, vinculando a educação ao trabalho e às práticas sociais, sem desconsiderar os princípios da competência, da laborabilidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

Objetiva-se ainda, ampliar e diversificar a oferta educativa institucional aos estudantes, rompendo com as barreiras geográficas e temporais, integrando os diversos níveis e as várias modalidades educacionais, proporcionando também a inclusão digital através da fomentação no uso das tecnologias de informação e comunicação dentro do processo de ensino e aprendizagem.

O IFAL iniciou a sua oferta na modalidade a distância em 2007, com participação na concorrência pública, em resposta ao Edital n.01/2006/UAB, nos municípios de Maragogi, no Estado de Alagoas e Mata de São João, no Estado da Bahia. Esses espaços territoriais foram agraciados com a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria.

Em continuidade a esta ação educativa, no ano de 2008, atendeu o Edital n.01/2007/UAB (Universidade Aberta do Brasil), desta feita com aprovação de mais 02 (dois) cursos para oferta a distância, iniciando as licenciaturas de Biologia e Letras para os Polos de Maragogi e São José da

Laje- Alagoas.

Numa nova perspectiva, em 2009, o IFAL, em resposta a Editais específicos vinculados ao PNAP - Programa Nacional de Formação em Administração Pública, ofertou os cursos de Bacharelado em Administração Pública e ainda a especialização em Gestão Municipal.

No ano de 2011, a EaD/IFAL inicia sua oferta dos cursos de nível técnico subsequente, matriculados no e-Tec (Escola Técnica Aberta do Brasil), com os cursos de Infraestrutura Escolar e Secretariado Escolar.

Atualmente, o IFAL possui polos de apoio presencial no estado de Alagoas nos municípios de Palmeira dos Índios, Arapiraca, Santana do Ipanema, Maceió, Satuba, Maragogi, Penedo e São José da Laje e no estado da Bahia no município de Mata de São João, com perspectiva de ampliação no ano de 2014 nos municípios de Paripueira, Coruripe e Major Isidoro no estado de Alagoas, e nos município de Ilhéus e Vitória da Conquista no estado da Bahia.

Para tanto, os cursos de Educação a Distância do IFAL, observando as diretrizes curriculares para essa modalidade de ensino devem apontar numa perspectiva de formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, visando ao desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã. Nessa perspectiva pontuam-se como exigências inadiáveis:

- Organizacional, física, tecnológica e de pessoal necessários ao desenvolvimento dos cursos e ações de EaD e nos polos de atuação;
- Estímulo da utilização das TIC na educação presencial, inclusive com produção de material didático específico;
- Fomento a pesquisas sobre educação a distância, com a finalidade de fortalecer essa modalidade de ensino; atuação em consonância com as demandas profissionais da região na qual o IFAL está inserido;
- Desenvolvimento de programas de formação continuada de docentes em serviço, em parceria com estado e municípios;
- Promoção de cursos de formação continuada para professores da rede

pública, através de convênios com as secretarias de educação municipais e estadual;

- Estímulo e orientação ao corpo docente para a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), como instrumento de ensino, aprimorando, dessa forma, o processo didático;
- Socialização dos trabalhos produzidos pelos docentes e discentes desta instituição em que se utilizam as mais diversas mídias;
- Disponibilização de cursos aos servidores do IFAL, nos mais diversos níveis, utilizando os recursos das TIC;
- Rompimento de barreiras geográficas e temporais no que se refere às ofertas educativas;
- Vinculação da educação a distância à pesquisa e à extensão.
- Ampliação e fortalecimento da educação a distância, como oportunidade para integração, difusão e ampliação das ofertas educacionais;
- Consolidação da oferta institucional própria, nas diversas formas de interação e tecnologias educacionais, contemplando os modelos de educação presencial, semipresencial e a distância;
- Provimento de infraestrutura;
- Produção de inovações tecnológicas voltadas para a educação em todos os níveis e modalidades;
- Promoção de cursos de formação continuada em EaD para as comunidades interna e externa.

4.3 - Políticas de Pesquisa e Extensão

4.3.1 Ensino, pesquisa e extensão

A formação acadêmica dos alunos não pode se restringir à transmissão de conhecimentos na sala de aula, tampouco conceder a uma minoria o privilégio de realizar pesquisa e extensão, na maioria das vezes desvinculadas da organização curricular. O aprimoramento da relação entre ensino, pesquisa e extensão torna-se um imperativo no sentido de que a prática pedagógica, de fato, viabilize a compreensão crítica da realidade, tão necessária à promoção do desenvolvimento sustentável e transformação da sociedade.

Neste sentido, é necessário fazer da pesquisa e extensão partes integrantes da estrutura curricular dos cursos, abrindo-se, aí, espaços acadêmicos que possibilitem, de fato, a preparação para a totalidade da vida.

As ações de pesquisa e extensão, relacionadas como parte da estrutura curricular mantêm uma estreita vinculação com o núcleo epistemológico do curso, a partir do perfil profissional delineado no projeto pedagógico da área. É importante que as ações de extensão possibilitem aos estudantes a vivência de experiências significativas, que deem as mesmas condições de refletir sobre as grandes questões da atualidade e, a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados, possam consolidar uma formação compatível com os anseios de uma nação que se pretende cidadã.

Desenvolver ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão indissociável, requer a criação de mecanismos de gestão, condição de infraestrutura e provimento de materiais que assegurem a efetivação dessa prática como construção de um outro conceito de “sala de aula”/espaço de formação para além dos muros da instituição.

É importante ressaltar, também, que as possibilidades de alavancar a pesquisa e a extensão passam pela capacidade de articulação do IFAL com outras organizações, instituições de ensino e empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam reveladas novas potencialidades. Dessa maneira torna-se imperativo:

- Consolidar a pesquisa e a extensão como prática permanente e fonte de retroalimentação curricular;
- Atrelar as atividades de pesquisa e extensão às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFAL tenha potencial de atuação, quer seja nos âmbitos: tecnológico, cultural, político e educacional;
- Valer-se da pesquisa e da extensão como mecanismos de consecução da função social do IFAL;
- Realizar atividades de pesquisa e de extensão demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como a pesquisa em educação e no plano das inovações tecnológicas;
- Ampliar o leque de ações do instituto visando, especialmente, atender carências em termos de qualificação profissional;
- Incentivar ações permanentes voltadas à formação inicial e continuada de profissionais considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais e estaduais, bem como no âmbito da iniciativa privada;
- Realizar atividades de pesquisa e extensão no âmbito da educação propiciando a produção didática e científica com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

4.4 Políticas de Gestão

4.4.1. Gestão democrática

O IFAL, nos encontros realizados para definição da estrutura de organização de seu Projeto Político Pedagógico Institucional, apontou a gestão democrática como princípio para a consolidação da instituição de ensino que se pretende.

A gestão democrática supõe a abertura de novos espaços de decisões, desenvolvendo projetos e propostas nos âmbitos interno e externo, opinando sobre a aplicação dos recursos financeiros, assegurando a atuação das instâncias colegiadas existentes na estrutura institucional do IFAL.

Essas iniciativas apontam no sentido da articulação da democracia, considerada representativa com legitimidade e participação.

Segundo o Plano de Qualidade para a Educação Básica do Ministério da Educação (março-2005):

O desafio maior desse processo é o de transformar os modelos tradicionais e burocráticos de gestão, que se caracterizam pelo controle deficiente de gastos, ausência ou não do cumprimento dos objetivos e metas, carência de informações, equipes desmotivadas, em um modelo de gestão participativa, orgânica e eficaz... (BRASIL; 2005; p.17)

Dessa forma, a escola, por ser uma instituição social que apresenta objetivos sócio-políticos e pedagógicos, deve se apoiar na concepção de que as pessoas são agentes de mudanças; portanto, cada membro é indispensável na construção da gestão. Por isso é imprescindível a autonomia dessa instituição na tomada de decisão sobre suas diretrizes, objetivos e metas definidos no seu Projeto Pedagógico, fazendo valer a decisão coletiva da comunidade dos campi.

Essas decisões referendam a necessidade de uma organização administrativa e pedagógica voltada para os objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado, numa visão sócio-crítica, mediatizada pela realidade sócio-cultural e política mais ampla. Assim sendo, convém destacar que a instituição escolar não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo sob a ótica do poder centralizador. O desafio institucional é a consolidação da sua autonomia e da sua qualidade.

Com esse entendimento, a participação dos professores, técnicos pedagógicos pais, alunos, servidores administrativos e outros representantes da comunidade é vital para a garantia de práticas que fortaleçam a visão

sistêmica do IFAL. Não se trata, pois, de promover uma mera adaptação pedagógica de modelos anteriores, nem tampouco de uma instituição simplificada, mas, sim, da construção de uma escola radicalmente nova, *uma escola complexa e crítica que não rebaixa os seus objetivos*. (Cunha, 2005).

Neste cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a direção e a comunidade escolar, como forma de reorientação de rumos e ações visando à tomada de decisões. Para tanto, é requisitado o desencadeamento de ações como:

- Constituir e consolidar as instâncias colegiadas representativas do IFAL;
- Garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição (docentes, administrativos e discentes);
- Divulgar leis e normas da educação no âmbito da instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- Adotar o orçamento participativo, como requisito primordial para o desenvolvimento do ensino de qualidade;
- Constituir comitê representativo da comunidade do câmpus para coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento participativo;
- Criar fóruns de discussões e decisões coletivas sobre a prática escolar;
- Instituir comitê coordenador na comunidade do IFAL para a implementação do P.P.P.I;
- Instituir espaços alternativos de produção acadêmica, tais como: núcleos temáticos, grupos de arte e cultura, pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros.

4.4.2. Política de formação e desenvolvimento profissional

A política de formação continuada no âmbito do IFAL, com vistas à promoção da qualidade do ensino, deve estabelecer uma cultura de formação permanente que venha contemplar todos os seus servidores. Tal política deve ter como objetivo principal a superação de uma prática pedagógica de viés elitista e excludente, que historicamente marcou a formação dos educadores brasileiros.

Para tanto, devem ser implementadas medidas que possam melhorar a qualidade das relações de trabalho, das relações interpessoais no âmbito institucional, e do conhecimento do contexto histórico-social, que possibilite aos servidores atuarem como agentes de transformação da realidade.

O conceito de desenvolvimento profissional dos servidores, requerido no seu P.P.P.I., é entendido como um processo contínuo de formação que se estende, desde o ingresso na profissão até o final da carreira, no qual a formação inicial e a formação continuada apresentam-se como etapas complementares. Com base nesse foco se faz necessário:

- Promover cursos de relações interpessoais e outros, que possam melhorar a qualidade das relações de trabalho no âmbito institucional;
- Manter parcerias e convênios com agências formadoras em programas de qualificação, formação inicial e continuada, pós-graduação e pesquisa em educação;
- Promover a inclusão dos servidores, possibilitando o domínio das tecnologias da informação e comunicação, elementos imprescindíveis nos dias atuais;
- Redimensionar ações de formação continuada dos profissionais da instituição, oportunizando condições para o exercício permanente de atualização dos conhecimentos necessários à sua função;
- Realizar a identificação das carências dos docentes e dos demais profissionais da educação, procurando formas de superá-las por meio de cursos de formação e/ou de outras ações.

4.4.3. Acompanhamento e avaliação

Todo e qualquer projeto necessita prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que possam lhe permitir a “segurança” da sua implementação.

A vivência de um Projeto Político Pedagógico pressupõe que seu coletivo esteja em constante e democrático processo de avaliação, cujas bases são a crítica institucional e a criação coletiva, com vistas ao aperfeiçoamento de sua política e à emancipação de seus atores.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, faz-se necessário considerar alguns princípios que contribuirão para a garantia de resultados positivos, no decorrer da implementação do Projeto Político Pedagógico, quais sejam:

- Visão ampla do processo educativo;
- Universalização do acesso à escola para todos;
- Busca de padrão de qualidade;
- Compromisso de longo prazo;
- Busca de integração (via princípio de colaboração) com outros agentes institucionais;
- Instituição e fortalecimento de canais de participação popular e democratização da gestão;
- Abrangência/articulação com todos os níveis e modalidades de ensino;
- Busca de parcerias e intercâmbios;
- Humanização das relações.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico do IFAL requer a previsão de instâncias em condições de promover adaptações e medidas corretivas na sua operacionalização, de conformidade com as mudanças e exigências da dinâmica da realidade, por meio de um salutar acompanhamento e de uma constante avaliação no itinerário do desenvolvimento de suas ações.

Torna-se imperativa a criação de um processo contínuo e permanente de ação/reflexão/ação como suporte da consecução do Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAL, de forma que sua tradução possa se dar, na prática pedagógica, em sala de aula.

Sendo o P.P.P.I um projeto de cunho institucional, seu processo de acompanhamento e avaliação deve ter correlação direta com a Comissão Própria de Avaliação – CPA- na perspectiva de extrair elementos do desempenho institucional que favoreçam sempre a melhoria da qualidade dos seus resultados. Para tanto, é imperativo constituir um grupo de coordenação que, no âmbito da instituição, mantenha um trabalho periódico envolvendo atividades tais como: Contrastar quantidades e/ou qualidades, qualificar desempenhos, acompanhar metas, comparar situações, comparar dinâmicas, propor padrões, distribuir expectativas, permitir/suspender entrada/progressão, evitar excessos e prevenir.

O delineamento de uma sistemática de acompanhamento e avaliação para esse P.P.P.I é a evidência da responsabilidade social que o IFAL assume no desenvolvimento das atribuições que lhes são postas pelo poder público federal, na consecução da educação profissional no contexto do Estado de Alagoas. Para atendimento a uma proposição de tamanha envergadura torna-se imperativo:

Constituir um sistema de monitoramento e controle que permita identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas na prática pedagógica do IFAL, a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias e qualidades do processo ensino-aprendizagem.

- Estabelecer sistemas de acompanhamento e avaliação do PPP, em conjunto com a CPA, com participação representativa dos segmentos que

compõem a comunidade escolar;

- Organizar sistemas de informações estatísticas e de divulgação das avaliações da política e dos resultados das ações político-pedagógicas no ensino.
- Avaliar a destinação dos recursos da instituição na manutenção e desenvolvimento do ensino, verificando suas consequências sobre a democratização e a qualidade do ensino, que desenvolve em todos os níveis e modalidades;
- Desencadear ações de parcerias e intercâmbios na execução de programas de avaliação externa do rendimento escolar;
- Promover a avaliação da política educacional, através dos indicadores de qualidade;
- Considerar, dentre outros meios, os dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelos sistemas de avaliação já operados pelo MEC e pelas instituições e organizações que produzem estudos no campo educacional;
- Definir instrumentos e procedimentos de avaliação;
- Subsidiar a revisão e ajustes das metas e ações, num contínuo processo de aperfeiçoamento;
- Publicizar os resultados obtidos;
- Instituir mecanismos de avaliação do desempenho docente pelo corpo discente do IFAL.

4.5 - Responsabilidade social do IFAL

Com o mundo em desenfreado processo de transformação, evidenciado pelas mudanças no processo produtivo, oriundas do avanço científico e

tecnológico; pela desordenada e crescente urbanização; pelo desenvolvimento e ampliação dos sistemas de comunicação; pela expansão do mercado internacional; pelo refluxo dos movimentos de massa; pela imposição de um modelo democrático, que nem sempre corresponde às realidades diversas, e pelo acentuado processo de desemprego e exclusão, é que a educação deve lidar. Para a dinamicidade da vida real, já não se sustentam proposições pedagógicas voltadas para uma especialização estreita.

Estando o mundo contemporâneo ancorado na contradição entre capital e trabalho determinando uma certa forma de divisão social e técnica do trabalho e, tendo clareza dos efeitos sociais perversos que essa lógica vem provocando no plano universal, constata-se a necessidade de repensar a escola, de forma que, enquanto prática social, possa atuar a partir de alguns critérios fundamentais que expressem o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, quais sejam: tomar a prática social como ponto de partida; considerar a concepção do mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da maioria da população, particularmente no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, para, então, propor formas de organização flexíveis e adequadas às características do aluno e do seu grupo social.

[...] Enquanto espaço coletivo, a escola precisa ampliar o debate e travá-lo com os nossos alunos, de sorte a ampliar a discussão para encontrar saídas em termos de melhorias para o trabalho que fazemos, como instituição de formação profissional^{*}.

Trabalhar na formação de sujeitos que atinjam uma consciência crítica, capaz de inserir-se na sociedade em condições de atuação para a sua transformação. Alguém que se apresenta para a sociedade em condições de realizar o debate e vislumbrar perspectivas melhores[†].

É importante constituir espaços para estabelecer o debate para além da sala de aula, no sentido de construir a consistência possível no plano

* Transcrição de fala das plenárias

† Transcrição de fala das plenárias

intelectual, de forma a reunir subsídios para poder fazer o contraponto e estabelecer o contraditório.*

Dessa forma, é preciso ter claro o perfil de formação que se almeja:

[...] a formação integral, que se constitui em socialização competente para a participação social e em qualificação para o trabalho entendido como produção das condições gerais da existência humana. (SALGADO apud KUENZER; 1997).

Pautada na unificação entre cultura e trabalho, a escola necessária à contemporaneidade delinea, como perfil para o profissional dela oriundo, a “formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que somem, à sua capacidade instrumental, as capacidades de pensar, de estudar, de criar, de dirigir ou de estabelecer controles sociais sobre os dirigentes” (KUENZER; 1997).

Assim sendo, em razão da crescente cientificidade da vida social e produtiva, a qual, exige do cidadão trabalhador, cada vez mais, uma maior apropriação do conhecimento científico, tecnológico e político, é imperativo que o IF-AL tenha como missão a formação histórico-crítica do indivíduo, instrumentalizando-o para compreender as relações sociais em que vive e para participar delas enquanto sujeito, nas dimensões política e produtiva, tendo consciência da sua importância para transformar a sociedade, e o conhecimento científico para dominar a natureza. Eis, assim, a missão institucional a que somos convocados a empreender, para acompanhar a implementação de suas políticas.

4.5.1. Referenciais de qualidade da educação

Primando pela efetividade de suas ações, o IFAL, em razão do caráter estratégico de que se reveste a educação enquanto ferramenta de inclusão

* Transcrição de fala das plenárias

social, estabelecerá referenciais de qualidade para as ofertas de ensino que desenvolve em atenção permanente à dimensão da responsabilidade social de suas políticas.

Nesse sentido, a iniciativa de composição e/ou instituição do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFAL é concebida no plano do desenvolvimento da política de educação tecnológica brasileira, tendo como finalidade precípua elevar o nível de qualidade dos programas educacionais que se desenvolvem no contexto do Estado de Alagoas.

Ao tratar a educação como direito subjetivo e fator de desenvolvimento sustentável individual e coletivo, o Governo Federal tem por diretrizes, nesse campo de ação: a democratização do acesso, a garantia de permanência, a apropriação e a produção de conhecimentos. Ao incorporar o conceito de qualidade para pautar sua ação, o IFAL concebe seu projeto pedagógico nas mesmas dimensões conferidas pelo Governo Federal, na busca da qualidade almejada: as dimensões da igualdade e da inclusão.

A implementação do PPPI-IFAL vislumbra, prospectivamente, a constituição deste espaço escolar, nos marcos concebidos para a escola, no plano de qualidade da educação estabelecido pelo MEC, como local privilegiado: “de vivência democrática, de produção e apropriação de conhecimentos, de convívio social, cultural e político, de valorização e respeito às diferenças, de promoção de direitos individuais e de grupos socialmente discriminados, de cultivo da estética, da ética e da técnica, tendo como referência a realidade das relações sociais e do trabalho.”(MEC. Plano de Qualidade para Educação Básica;2005, p. 4).

Ao construir o seu Projeto Político Pedagógico Institucional na dimensão aqui posta, o IFAL assume a tarefa de ampliar a qualidade da educação que desenvolve. Com essa intencionalidade, projeta como metas a serem perseguidas: a ampliação do acesso aos seus cursos, a permanência com sucesso dos alunos na Instituição e a efetiva aprendizagem do alunado a ela vinculado.

A tarefa de qualificar a educação diz respeito, também, à ação coordenada de gestores, da comunidade escolar e da sociedade envolvida no

processo educacional, por meio de instâncias que promovam a participação, a exemplo dos conselhos escolares. Cabe ao IFAL, enquanto espaço da concretização das políticas públicas, a elaboração das diretrizes para suas ações, potencializando suas possibilidades pedagógicas, administrativas e financeiras para a conquista da qualidade social da educação.

Como diretriz na busca da qualidade social requisitada nas premissas desse projeto político pedagógico, o IFAL define como referenciais a serem atingidos:

- Melhorar os resultados da aprendizagem;
- Reduzir o índice de abandono e/ou evasão dos alunos nos seus cursos;
- Sanar as desigualdades nas condições de acesso discente aos seus cursos;
- Reduzir a desigualdade quanto à qualidade do desempenho escolar no interior da instituição;
- Viabilizar a integração efetiva da comunidade ao cotidiano escolar;
- Adotar uma cultura de avaliação permanente dos seus procedimentos para a melhoria dos resultados;
- Estabelecer indicadores para monitoramento interno da qualidade da educação que realiza, como instrumento de aprimoramento de suas ações;
- Adequar espaços e tempos escolares às necessidades dos portadores de deficiência;
- Estabelecer uma agenda permanente de formação continuada para os profissionais da instituição;
- Adotar alternativas metodológicas diversificadas para o trato das questões pedagógicas;
- Constituir espaço de atuação dos discentes e pais para que a escola seja, de fato, local de exercício da cidadania;

- Implementar uma política de pesquisa e extensão indissociável ao ensino.

Todos os pontos mencionados apontam para o fato de que é necessário estruturar o IF/AL para o cumprimento da tarefa de amenizar os efeitos da desigualdade social, principal responsável pela exclusão educacional, que só pode ser combatida por meio de medidas que garantam a permanência e o aprendizado dos estudantes a esse Instituto vinculados.

4.5.2. Diretrizes para a avaliação e acompanhamento

A intencionalidade do Projeto Político Pedagógico do IFAL está na possibilidade de fazer uma instituição que, verdadeiramente, eduque a todos que a ela tenha acesso, superando, não só os efeitos perversos das retenções e evasões, mas que lhes assegure o acesso crítico ao mundo dos conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma consciência cidadã que lhes permita enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, interpretando-o como uma perspectiva de futuro, buscando intervir no mundo real para transformá-lo qualitativamente.

A consecução de um empreendimento desta ordem requer uma sistemática de acompanhamento que extrapole a apreciação individualizada dos agentes diretos do processo escolar. É fundamental que a comunidade acadêmica institua uma cultura de avaliação sistemática e processual, que traga elementos substantivos para a melhoria da qualidade do trabalho que desenvolve.

No plano institucional, as diretrizes que se estabelecem para a avaliação do P.P.P.I-IFAL, coerentemente com as premissas que lhe dão sustentação, assumem a dimensão emancipatória, compreendendo a função e/ou sentido pedagógico da instituição, onde seus próprios atores devem assumir o protagonismo desse processo avaliativo. A avaliação, portanto,

[...] visa engajar os agentes da ação educativa [...] num processo de autocrítica e de transformação, comprometendo-os com o delineamento e

com a execução de um projeto [...], onde a participação garante o envolvimento daqueles que vivem o cotidiano da instituição, na sua construção e/ou reconstrução. (SAUL; 1990; p. 23).

Vinculada ao sistema de avaliação global da educação superior no Brasil, instituído pela Lei Federal Nº 10.861/2004, a concepção de avaliação institucional, centrada naquilo que é missão do IFAL e destacada nesse PPI, aponta para a necessidade de aperfeiçoar e redimensionar, atitudinalmente, as ações de uma gestão e suas relações com a sociedade. O processo avaliativo institucional objetiva, periódica e processualmente, coletar, organizar, analisar e interpretar dados de natureza quali-quantitativa, relativos à efetividade do ensino, com vistas à melhoria do processo educativo global, o qual envolve os contextos interno e externo dessa Instituição Federal de Educação.

Nesse sentido, as diretrizes de avaliação do P.P.P.I-IFAL, em consonância com as premissas oriundas das impressões iniciais da Comissão Própria de Avaliação (CPA) deste Centro de Ensino, explicitam a tendência de nortear seu processo de avaliação/autoavaliação num plano participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica, baseado nos seguintes eixos: estrutura organizacional, desenvolvimento do ensino, infraestrutura física e de equipamentos, e relações intra e interinstitucionais.

O percurso reflexivo feito através desses quatro eixos revelará, além do nível das experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre os cursos e os contextos: local, regional e nacional. Enfim, a avaliação do Projeto Político Institucional do IFAL deve apresentar: a coerência interna entre seus elementos constituintes, a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado, o desempenho profissional e social do egresso, com vistas a possibilitar a viabilização das mudanças de forma sistemática e sistêmica.

V. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Quem deforma o profissional do ensino**. In: Educar o educador. Revista de educação. AEC: Brasília, DF. Nº 58, out/dez 1995.

BRASIL. **Plano de qualidade para educação básica**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Políticas públicas para educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2004.

_____.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Brasília, 1996.

_____.Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília:MEC, 2000.

_____.Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília:MEC, 2012.

_____.Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica. Brasília:MEC, 2010.

_____.Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília:MEC, 2010.

_____.Parâmetros Curriculares: ensino médio, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: DF, Vol. Único, 1999.

_____.Decreto Nº 2.208, de 17/04/97. Brasília: 1997.

_____.Decreto Nº 5.154, de 23/08/04. Brasília: 2004.

_____. Decreto Nº 5.205, de 14/09/04. Brasília: 2004.

_____. Decreto Nº 5.224, de 01/10/04. Brasília: 2004.

_____. Decreto Nº 5.225. de 01/10/04. Brasília: 2004.

BERTOLDO, Edna. **Fim de Século e de Milênio: fim do Trabalho?** Mimeo. Maceió /AL, UFAL.s/d.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Economia popular uma via de modernização para Alagoas – 5.ed ver e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2012.

CEFET-AL. **Caderno de Estudos: Construindo o projeto político do CEFET-AL**. Maceió: 2002.

DELUIZ, Neide. **É possível uma formação que atende aos interesses dos trabalhadores?**

In: Revista tempo e presença. Rio de Janeiro: 1997, ano 19, nº 292, publicação de Koinomia.

DEMO, Pedro. **Universidade, aprendizagem e avaliação**: horizontes reconstrutivos. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Ensaio, avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Cesgranrio, 1994. ano 1, n.1.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. **Qualificação e Competências na Reforma da Educação Profissional de Nível Técnico**. s/d.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A produtividade da escola improdutivo: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico- social e capitalista, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

_____, CIAVATTA M. e RAMOS M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ e CIAVATTA M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP/MEC, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: 1997.

_____. Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

HERNANDEZ, F. E VENTURA M. **A organização de currículo por projetos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 3 ed. São

Paulo:Cortez, 1987.

_____.Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 4ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1995.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e ser social**. Maceió: EUFC/UFAL, 1997.

LIBÂNIO, José C. **Organização e Gestão Escolar**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, Cipriano C . **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudo e proposições**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, L.R. de Souza. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, M^a. R. N. **Mudanças no Mundo do Trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98).Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica**. In Educação e Sociedade, ano XXI, nº 79. abril/2000.

OTTI, Margaret B., Currículo: um sobreviver no estrangeiro e um sobreviver na própria terra. In: Revista de educação AEC, jan/mar. 1987; p.16-19.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. PEE 2005/2015. Maceió: SEE.2005.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1988.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval, **A nova lei da Educação: Trajetória, limites e perspectivas**.Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade**

conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, D. Bello de Santana, M.A . e Deluiz Neize. **Trabalho e educação – centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartel, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. **Inovações e Projetos Político- Pedagógico: Uma Relação Reguladora ou Emancipatória in Cadernos CEDES**. Campinas: v.23, n. 61, p.267-281, 2003.

_____.(org). Projeto Político Pedagógico: um a construção possível. Campinas: SP, Papyrus, 1995.

_____, e RESENDE L.M.G. de (orgs) Escola: Espaço do Projeto Político pedagógico. Campinas: SP, Papyrus, 1998.

_____, Educação Básica e Educação Superior- Projeto Político Pedagógico. Campinas: SP, Papyrus, 2004.

_____, e FONSECA M. (orgs) . as Dimensões do Projeto Político Pedagógico. Campinas: SP, Papyrus,2001.

VEIGA-NETO, Alfredo et al. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.